



# 2 SÍNTESE DOS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES



## 2.1 SÍNTESE DOS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES REGIONAIS, AMBIENTAIS E SOCIOECONÔMICOS

### 2.1.1 ASPECTOS REGIONAIS

O município de Cambé está situado numa região socioeconômica muito forte e com bons níveis de desenvolvimento social. Possui ligações rodoviárias, aérea e ferroviária que facilitam o deslocamento de mercadorias e pessoas.

### 2.1.2 AMBIENTAIS

#### a) MUNICÍPIO

As mudanças no *habitat* natural tiveram consequências para os ecossistemas. Além da destruição da fauna e flora, observam-se outros processos como a erosão dos solos agrícolas, a perda de produtividade do solo, a destruição progressiva das matas ciliares e o assoreamento de cursos de água, potencializando a diminuição das vazões hídricas.

No plano gerencial, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura de Cambé é o órgão operacionalizador das ações e tem trabalhado em consonância com o Conselho Municipal do Meio Ambiente – CONSEMMA.

No que se refere ao cadastramento das áreas de reserva legal nas propriedades rurais, o prazo legal findou em dezembro de 2017. Cambé já cadastrou número significativo de imóveis.

No município, as áreas com maior presença de matas localizam-se a norte. Na porção sul, uma parte significativa do seu território está na faixa de amortecimentos do Parque Estadual da Mata do Godoy.

Não há dados relativos à presença de matas ao longo dos cursos de água. Não há ações de política ambiental pública (municipal) de recuperação de nascentes de cursos de água na zona rural. O desafio de recuperar as matas ciliares foi objeto do Plano Diretor-2008, no artigo 25, inciso IV, no artigo 77, inciso I e o artigo 90.

#### b) ÁREA URBANA DO DISTRITO SEDE

No que se refere à arborização de vias e praças Cambé é bem servido quanto ao número de espécies plantadas, todavia, há deficiências no serviço de manutenção, renovação, disponibilidade de equipes, vandalismo e legislação. São observados ainda problemas em relação à interferência da arborização na fiação da Copel, nas fachadas dos imóveis comerciais, nos níveis de aclaramento das vias e com o trânsito

de caminhões e ônibus. Outro exemplo, é a ausência de um inventário sobre arborização de logradouros públicos.

O artigo 25, inciso VI e o artigo 31, do Plano Diretor 2008 (Lei 14/2008) estabelece os objetivos para a política de readequação da arborização que não foram observados. A tendência para os próximos anos é ampliar o trabalho de manutenção das espécies florestadas por que a legislação de parcelamento do solo urbano exige que os novos loteamentos sejam executados com arborização de vias. A melhoria da arborização de vias e praças é desejada e corre no sentido do aprimoramento de situações já existentes.

No que diz respeito à rede hídrica Cambé dispõe dos aquíferos subterrâneos onde é possível obter água: Serra Geral e Guarani. Apresenta restrições quanto a ocupação no vale do ribeirão Cafezal por ser fonte de abastecimento das cidades de Cambé e Londrina. Na atual legislação (Plano Diretor-2008) a Bacia do Cafezal é subdividida em 3 partes, conforme sua ocupação: Unidade ambiental Bacia do Cafezal 1, 2 e 3. Na Unidade 2 e 3, os empreendimentos imobiliários deveriam ser dotados de rede de esgotos, mas tal não ocorreu.

Ventos dominantes (no sentido leste-oeste e nordeste-sudoeste) condicionam as soluções para atividades urbanas potencialmente poluidoras do ar. Na área urbana do distrito sede, o relevo é suave e as declividades de média intensidade compõem nas cabeceiras e nascentes de cursos de água, alguns deles, no passado, com erosão urbana de grande porte. Hoje estão controladas. Quanto ao relevo, excetuando-se as cabeceiras e proximidades dos cursos de água não há restrições à expansão urbana.

Terreno aterrado com material nocivo ou perigoso existe apenas um local. Na divisa do Conjunto Habitacional Waldomiro Moreira Gomes (Cambé III) há um antigo depósito de lixo, hoje coberto com terra e grama.

Área sujeita a inundação situa-se em fundo de vale, nos limites entre o Jardim Ana Elisa III e Jardim Silvino I e na viela do Jardim Alvorada.

Cambé não dispõe de levantamentos precisos de onde ocorre o afloramento de rocha ou onde ela está muito próxima da superfície. O Plano Diretor 2017, por observação, identificou essa ocorrência junto ao assentamento Londrville. Sabe-se, no entanto, que há rochas em decomposição em profundidade de 2 a 3 metros no setor norte da área urbana, nos jardins São Francisco, Tupy e outros próximos.

Além das nascentes situadas em pontos baixos dos fundos de vale, afloramento de água ocorre em três locais da área urbana (pontos altos), a saber: Jardim Liberdade/Tupy, J. Monte Alto e nas proximidades do J. Nova Cambé, em área ainda não parcelada para fins urbanos.

As áreas de vulnerabilidades geoambientais estão nas cabeceiras e nascentes dos cursos de água próximos da área urbanizada do distrito sede, e se prolongam por todo o trajeto dos córregos e ribeirões (em suas áreas lindeiras). Em tais locais a política ambiental do município impediu a urbanização das áreas mais críticas



protegendo as nascentes e os cursos de água. Todavia, há locais onde há presença de moradias na faixa de preservação permanente.

O Poder Executivo municipal possui recursos humanos capacitados para gerenciar e fiscalizar ações que dizem respeito às questões ambientais.

Assim, constituem-se em questões estruturais a serem enfrentadas ou mantidas nos próximos anos:

- a) conscientização dos agricultores em relação aos problemas oriundos de riscos ambientais (perda de produtividade, erosão, conservação do solo, entre outros);
- b) elaborar projetos de reflorestamento junto aos cursos d'água;
- c) elaborar um plano municipal de arborização;
- d) combater ao assoreamento de cursos de água;
- e) eliminar o alagamento de áreas urbanas na cidade;
- f) minimizar os conflitos entre arborização de vias urbanas, trânsito e iluminação de vias;
- g) criar equipes de manutenção e controle da arborização de vias e praças
- h) manter os impedimentos legais quanto à urbanização nos fundos de vales, áreas florestadas e cursos de água.

### 2.1.3 ECONÔMICOS

O diagnóstico das condições de desenvolvimento econômico do município mostra um quadro favorável em que predominam atividades ligadas ao setor secundário, respondendo, em 2015, por cerca de 46,5% do Valor Adicionado municipal. A participação do setor Terciário municipal no Valor Adicionado do Total do município é crescente. Em 2015 representava 40,8%.

Em 2014, o PIB *per capita* do Paraná era 98% do PIB *per capita* de Cambé

Na produção agrícola e pecuária, lavouras temporárias representavam em 2006 cerca de 77% da área das terras. Em 2015, a soja ocupava 30 mil hectares (62,3%); milho, a segunda maior categoria, 17,1%.

Em 2015, Cambé ofertava 22.679 empregos diretos. O segmento da administração pública (2.912 empregos) era o principal empregador respondendo por 40% do setor Serviços e 12,8% do total de empregos no município. A indústria metalúrgica (2.029 empregos) respondia por 9% dos empregos formais ao final dos anos de 2015.

Cerca de 58,5% dos empregos formais (13.273) estavam no setor Terciário, e 8.839 empregos (39%) no Secundário, em especial, com 7.593 empregos na indústria de transformação.

Cambé conjuga outros fatores favoráveis para o desenvolvimento: é servido por acessos rodoviários pavimentados de bom nível; aptidão dos solos para



determinados tipos de culturas; chuvas bem distribuídas ao longo do ano; rede hídrica bem distribuída no território; relevo suave ondulado, energia elétrica disponível, inclusive nas áreas rurais; formas de organização societária e produtiva e disponibilidade de assistência técnica, são potenciais a serem explorados em atividades de desenvolvimento econômico.

#### **2.1.4 DEMOGRÁFICOS**

A dinâmica demográfica no período 2000/2010 evidencia um quadro tendencial de aumento de população urbana (1,27% a.a.), queda da população rural -4,89% a.a.) e crescimento da população total (0,93% a.a.), valores que provavelmente serão mantidos até 2027.

Dentre os fatores causais que provocaram essa dinâmica pode-se citar a migração regional para a área urbana de Cambé em função da oferta de trabalho e educação e, por outro lado, a fuga de moradores das áreas rurais do município e região próxima.

De fato, o crescimento demográfico se traduziu em interações socioeconômicas que escaparam ao âmbito estritamente municipal. Mas há outros componentes como a diminuição do tamanho da família e o aumento da expectativa de vida, esse último decorrente do sucesso de políticas públicas.

O Plano Diretor-2018 avalia que o tamanho do agrupamento familiar tenderá a se manter nos próximos anos. De outro lado, devido aos avanços obtidos em setores como a saúde pública, a tendência de diminuição de população terá como força contrária o aumento da expectativa de vida e a queda nas taxas de mortalidade infantil.

O perfil demográfico mostra que a população é composta fundamentalmente por jovens. Em 2010, cerca de 30,6 % da população tinha menos de 19 anos; 15,7% estavam em idade de frequentar o ensino fundamental (entre 5 e 14 anos). Embora numerosa, historicamente percebe-se uma tendência de diminuição da representatividade da população abaixo de 19 anos. No ano 2000, os habitantes na faixa de 0 – 19 anos representavam 35,9% do total da população; hoje são 15,7%.

Na outra extremidade, na população acima de 60 anos de idade, apresenta-se uma tendência de aumento de representatividade: sai de 8,5% do total, em 2000, para 11,7%, em 2010. Nesse ano, o município apresentava um índice de envelhecimento de 7,8 para a população total, valor superior ao índice do Paraná (7,5). Não há indicativos que mostrem uma tendência de reversão desse quadro de crescimento da representatividade da população nas faixas etárias mais altas.

Em termos de projeção de população para o horizonte do Plano Diretor (2027), é plausível supor que o aumento da população urbana, havido ao longo dos últimos 37 anos, ainda permaneça, e o processo de esvaziamento populacional no campo mantenha seu curso.



O IBGE estima para o município, em 2017, 105.347 habitantes. Aplicando-se taxa geométrica de crescimento populacional de 0,93%, verificada na década 2000/2010, a população total atingirá, no horizonte do Plano Diretor, em 2027, 115.564 pessoas, das quais 111.634 estarão vivendo na cidade e 3.930 pessoas no campo.

### **A demanda por espaços urbanos**

Mantido a atual dinâmica demográfica o Plano Diretor prevê que, até 2027, haverá demanda por localidades urbanas para absorver cerca de 10.396 pessoas.

Considerando-se o tamanho do agrupamento familiar do ano 2010 em 2,94 pessoas/família, o crescimento da população urbana do distrito sede terá mais 3.536 novas famílias morando na cidade. Visto que Cambé dispõe de 9.232 mil lotes urbanizados vazios no distrito sede, não há pressão de demanda sobre o mercado fundiário, embora esse possa, ainda, manter um ritmo de crescimento na oferta de lotes urbanos.

## **2.2 – CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES SÓCIO-ESPACIAIS**

Desde o Plano Diretor de 2008, Cambé teve grande aumento de áreas para fins urbanos, quer seja dentro do perímetro quer fora dele.

Pode-se fazer um retrato histórico para fins comparativos. Na década de 1990 a área urbanizada de Cambé cresceu 24.2% em relação à área urbanizada da década 1980/90. Ao atingir o ano 2000 as áreas urbanizadas somavam 2.347 hectares. Entre os anos 2000 e 2010, essas áreas cresceram mais 29,5% chegando a 3.278 hectares. Nos sete anos que decorrem 2010-2017 o crescimento de áreas urbanizadas diminuiu o ímpeto, aumentou 7,8% totalizando 3.601 hectares. Cabe salientar que em 2017 estão em tramitação na Secretaria Municipal de Planejamento diretrizes para novos loteamentos. Se concretizados, a área urbanizada somará 3.879 hectares.

Esse total refere-se à soma das áreas localizadas dentro do perímetro urbano legal e fora dele, nos loteamentos de chácaras de recreio, tanto na urbanização do córrego Bom Sucesso e no Pedroso.

No que tange ao crescimento das áreas situadas dentro do perímetro urbano do distrito sede, podemos identificar algumas grandes tendências:

- 1) Norte do núcleo inicial tendo como vetor a estrada da Prata, a rua Equador e a Stefano Paranzini (Parque Residencial Ana Rosa) ao longo do vale do ribeirão Caçadores.
- 2) Ao longo do vale do ribeirão Esperança, tendo como principal via de acesso a estrada da Esperança, interligando os núcleos do Santo Amaro e Novo Bandeirantes.

- 3) Sentido sudoeste, pela avenida José Bonifácio, em direção à cidade de Rolândia, com a implantação de estabelecimentos industriais e grandes prestadores de serviço, entre eles, o terminal de contêiner;
- 4) A verticalização do espaço urbano praticamente se restringe à área central.

Em relação às demais urbanizações, são identificadas as seguintes tendências:

- 1) Sul do núcleo inicial, pela estrada do Bratislava, principalmente com loteamentos de chácaras de recreio;
- 2) Nordeste, nas proximidades da Warta (distrito de Londrina), na microbacia do ribeirão Bom Sucesso, na tipologia de chácaras de lazer, em loteamentos não aprovados pelo Poder Executivo municipal;
- 3) Sul, na divisa com o município de Londrina, distante das áreas urbanas de Cambé, na bacia do córrego Pedroso, loteamentos chácaras de lazer.

Considerando apenas a demanda por áreas urbanas, não haveria necessidade de expandir o perímetro urbano por que o distrito sede tem, aproximadamente, 9 mil lotes urbanos vazios. Todavia, há necessidade de se fazer adequações na linha do perímetro, especialmente por que está prevista a construção do contorno Norte de Cambé (BR369) fato que irá acentuar as tendências de crescimento naquela direção.

De outra sorte, deve-se conter o avanço da malha urbana sobre as cabeceiras do ribeirão Cafezal, manancial de abastecimento de água da cidade.

### **Densidade**

Quanto à densidade das áreas urbanas, a cidade de Cambé apresenta duas situações:

- a) adensado nas áreas urbanizadas antes de 2010;
- b) ocupação rarefeita nos loteamentos de periferia, mais recentes.

Em ambas situações, de maneira geral, o espaço urbano é bem servido por infraestruturas, saneamento e equipamentos sociais, suportando, inclusive, em algumas localidades, o aumento de densidade pela verticalização do espaço da moradia.

A maior densidade demográfica (176 hab./ha) encontrada é produto da verticalização (Conjunto Habitacional Castelo Branco, 4 pavimentos). Nos demais locais onde há densidades médias, elas são devidas a ocupação total dos lotes urbanos e às pequenas dimensões dos mesmos.

De modo geral, face à situação atual e projetada para o ano 2027, com esse padrão de densidades populacionais, o atendimento de infraestrutura é satisfatório para o abastecimento de água e energia elétrica, drenagem, pavimentação de vias, arborização. O esgotamento sanitário precisará atender áreas específicas do espaço urbano.



### **Uso do solo**

O uso do solo (habitação, comércio, serviços, indústria e APA) distribui-se bem pelas áreas já loteadas. Uso residencial apresenta-se em todos os quadrantes da cidade. Uso residencial apresentam-se em áreas de preservação permanente que, em face da política pública de meio ambiente, deveria ter sido eliminado. O Jardim Londrville, localizado na divisa com a cidade de Londrina, é a única ocupação irregular de Cambé.

O comércio e a prestação de serviços alinham-se ao longo das principais avenidas. Em virtude da caracterização da economia municipal, o uso industrial é espacialmente atomizado, apresentando-se em pontos isolados da malha urbana ao longo da rodovia BR 369 e PR 445.

### **Sistema viário e Mobilidade**

O sistema viário municipal está hierarquicamente organizado a partir da rodovia federal BR 369 e rodovia estadual PR 445. Em segundo plano, configuram-se as estradas municipais de acesso ao meio rural, construídas nos espigões das glebas, e estruturadoras do espaço rural. Em alguns casos, adentram o sítio urbano configurando-se em vias urbanas.

Cabe destacar que a organização do sistema viário revela o funcionamento articulado da Região Metropolitana de Londrina. A única via de acesso à cidade de Londrina, partindo do núcleo inicial de Cambé, é a rodovia BR 369 que, na divisa com aquele município se reparte em dois acessos, acrescentando a rodovia PR 445. Tendo em vista o futuro da mobilidade da Região Metropolitana, tal situação não pode permanecer.

Essa situação irá ser modificar caso se confirme a construção do contorno Norte de Cambé – BR 369.

Assim, é recomendável articular vias de conexão na porção norte e sul das duas cidades criando opções claras de deslocamento no sentido leste-oeste. Como exemplo, destacam-se as dificuldades de articulação da malha viária nas regiões da estrada da Esperança com a cidade de Londrina. Outro exemplo importante é o acesso pela estrada do Saltinho que interliga as áreas urbanizadas sul de Londrina e Cambé.

É fundamental para o bom funcionamento dos deslocamentos urbanos implantar totalmente as vias marginais das rodovias e ferrovia, as vias de contorno de fundos de vales, as avenidas de pistas duplas que estão interrompidas, interligar a bacia do córrego da Glória com as áreas da bacia do córrego Verdade, melhorar os acessos para os loteamentos na bacia do córrego São Domingos, criar acessos dos loteamentos da bacia do São Domingos com a avenida José Bonifácio, melhorar a acessibilidade norte-sul no núcleo inicial de Cambé, criando cruzamentos em desnível na ferrovia, criar vias de deslocamento entre a rodovia PR 445 e a estrada da Prata, estruturar a malha viária frente ao novo contorno norte da cidade de Cambé, construir trevos na



rodovia BR 369 (no cruzamento da avenida José Bonifácio com rodovia Melo Peixoto; junto à estrada da Esperança; na avenida Roberto Conceição com BR 369), implantar ciclofaixas, faixas exclusivas para ônibus e eliminar as barreiras arquitetônicas nos passeios públicos.

## Estrutura de ocupação espacial

### A) MUNICÍPIO

No município, pode-se sintetizar a ocupação do espaço da seguinte maneira:

- a) **Área Urbanizadas** – ocupada com atividades urbanas caracterizadas, entre outras, como de circulação, habitação, comerciais, prestadoras de serviços, industriais e recreação da população. São consideradas como tal as áreas situadas no perímetro urbano.
- b) **Área Rural** – são ocupadas com exploração agrícola, pecuária, extrativa. Nessa categoria estão inclusas todas as áreas do território, exceção daquelas situadas no interior do perímetro urbano do Distrito Sede, as Áreas de Reserva Florestal Legal, as Áreas de Preservação Permanente, as Áreas *Non Aedificandi* e aquelas localizadas nos loteamentos destinados a Urbanização Específica;
- c) **Áreas *Non Aedificandi*** – são áreas localizadas em faixas de rodovias, ferrovias e sob linhas de transmissão de energia elétrica estando impedidas de receber edificações;
- d) **Áreas de Preservação Permanente (APP)** – trata-se de áreas de preservação da biodiversidade, dos cursos e nascentes de água, das represas, da flora e fauna, da estabilidade geológica sendo, portanto, não urbanizáveis. São classificadas como tal as Áreas de Preservação Permanente ao longo dos cursos de água e represas, remanescente das matas nativas e Parques instituídos em lei.

d1) Quando situadas fora do perímetro urbano as Áreas de Preservação Permanente, conforme legislação federal, estão enquadradas dentro das seguintes parâmetros:

- áreas situadas ao longo dos cursos de água com menos de 10 (dez) metros de largura, contados desde o seu nível mais alto, numa distância mínima de 30 (trinta) metros, medidas em projeção horizontal, para cada lado desses cursos de água.

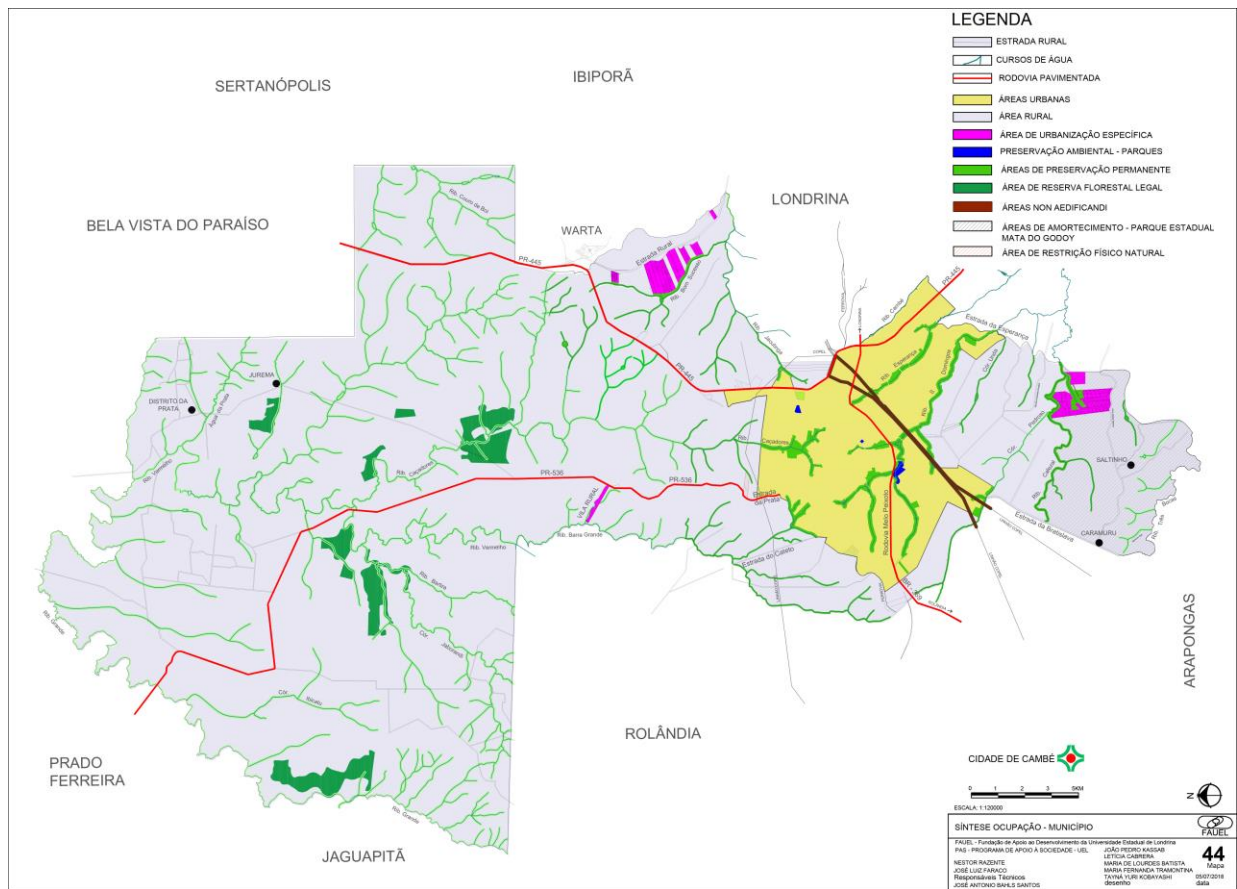


- áreas situadas ao longo dos cursos de água que tenham largura entre 10 (dez) e 50 (cinquenta) metros, contados desde o seu nível mais alto, numa distância mínima de 50 (cinquenta) metros, medidas em projeção horizontal, para cada lado desses cursos de água.
  - áreas situadas ao longo dos cursos de água que tenham largura entre 50 (cinquenta) e 200 (duzentos) metros, contados desde o seu nível mais alto, numa distância mínima de 100 (cem) metros, medidas em projeção horizontal, para cada lado desses cursos de água.
- e) **Áreas de Reserva Florestal Legal**, de natureza privada, estabelecidas conforme exigências da legislação federal e estadual, destinadas à preservação da cobertura vegetal nativa e outras formas de vegetação, necessárias ao uso sustentável dos recursos naturais, ao abrigo e proteção da flora e fauna nativas, conservação da biodiversidade e reabilitação de processos ecológicos.
- f) **Área de Amortecimento - Parque Estadual Mata do Godoy**. São áreas situadas dentro do perímetro de abrangência do Parque Estadual Mata do Godoy cujo parcelamento do solo, independentemente do uso, depende de licenciamento ambiental do Instituto Ambiental do Paraná.
- g) **Áreas de Urbanização Específica**. Corresponde aos parcelamentos do solo efetuados para fins de uso de agricultura familiar e habitação de lazer/recreação. São consideradas como tal as urbanizações específicas do Pedroso e Bom Sucesso.
- h) **Área de Restrição Físico-natural** – São consideradas como tais as áreas com declividade de relevo acima de 30%; os terrenos alagadiços, aterrados com material nocivo à saúde ou sujeitos a inundação; as áreas de afloramentos de rochas. No caso do município de Cambé é classificado o aterro sanitário.

## Mapa 44. MUNICÍPIO DE CAMBÉ

### SÍNTESE DA ESTRUTURA DE OCUPAÇÃO ESPACIAL

(mapa em prancha A3)





## **B) ÁREA URBANA**

A Área Urbana possui as seguintes características decorrentes do uso e ocupação atual:

### **B.1) ÁREAS NÃO URBANIZÁVEIS**

Foram consideradas como não urbanizáveis as áreas *non aedificandi*, e as áreas de preservação de ambientes naturais, os locais onde há restrição à ocupação ou expansão urbana devido a fatores adversos. Como fatores adversos são classificadas àquelas situações em que a Lei Federal 6766/79 desaconselha o parcelamento do solo urbano.

#### **– Área Non Aedificandi**

São áreas que, devido às suas características de ordem institucional, é vedada a edificação de qualquer natureza, sendo exemplos, as áreas pertencentes à faixa de domínio de ferrovias, rodovias federais, estaduais e municipais e áreas de domínio de linhas de transmissão de energia.

#### **– Área de Preservação Ambiental**

São áreas necessárias para recuperar e/ou manter a qualidade dos mananciais de água, evitar erosões e assoreamentos sendo proibida a ocupação. Nessa categoria estão as Áreas de Preservação Permanente (APP) e Áreas de Preservação Ambiental - Parques

- **Áreas de Preservação Permanente dos cursos d'água e nascentes.** Consoante os diferentes tempos em que ocorreram os parcelamentos do solo, configuram-se situações onde a distância reservada para **Área de Preservação Permanente** varia desde 15 metros até mais de 80 metros.
  - a) áreas situadas ao longo dos cursos de água e nascentes, em glebas já parceladas para fins urbanos, com largura mínima inferior a 65 metros
  - b) áreas situadas ao longo dos cursos de água e nascentes, em glebas já parceladas para fins urbanos, com largura mínima de 65 metros para cada lado do curso de água, contados a partir da margem;
  - c) áreas situadas ao longo dos cursos de água e nascentes, em glebas ainda não parceladas para fins urbanos, com largura mínima de 80 metros para cada lado do curso de água, contados a partir da margem;



- d) áreas situadas ao longo dos cursos de água e nascentes, em glebas ainda não parceladas para fins urbanos, com largura mínima superior a 80 metros para cada lado do curso de água, contados a partir da margem.

- **Área de Preservação Ambiental - Parques**

São áreas necessárias para recuperar e/ou manter a flora e fauna. São considerados como tais: o Parque Municipal Peroba Rosa, Parque Municipal Danziger Hof, e área de mata localizada no lote 69 e 72 Remanescente (Água do Cateto).

– **Área de Restrições Físico-naturais**

São consideradas como tais as áreas com declividade de relevo acima de 30%; os terrenos alagadiços, aterrados com material nocivo à saúde ou sujeitos a inundação; as áreas de afloramentos de rochas. No caso, a área do antigo lixão.

– **Área de amortecimento da estação de esgoto**

Caracteriza-se como tal a estação de tratamento de esgotos situada na margem do ribeirão Caçadores. A distância da área de amortecimento considerada é: raio de 350 metros a partir do centro da ETE.

## **B.2) ÁREAS URBANIZÁVEIS**

– **Áreas Consolidadas com infraestrutura**

Correspondem aos locais onde existe infraestrutura e equipamento comunitário disponibilizados e compatíveis com as densidades demográficas existentes, em loteamentos regularizados perante o Poder Executivo municipal. No distrito sede correspondem à maior parte das áreas já urbanizadas (vide mapa).

Quanto ao uso do solo, classificam-se em áreas residenciais, comerciais/serviços e industriais.

– **Áreas consolidadas sem infraestrutura**

São áreas já parceladas para fins urbanos, em pequenas chácaras, contando com infraestrutura mínima (abastecimento de água e energia elétrica)

– **Áreas em Consolidação com infraestrutura**

São áreas já parceladas para fins urbanos, com infraestruturas e equipamentos comunitários já construídos. Ainda estão em processo de ocupação, apresentando muitos lotes vazios. Quanto ao uso do solo, predominam usos residenciais e comerciais/serviços.



### **– Áreas em Consolidação sem infraestrutura**

São áreas já parceladas para fins urbanos, em pequenas chácaras, sem infraestruturas adequadas (abastecimento de água em rede, pavimentação de vias, drenagem, passeios, iluminação de vias, rede de esgoto) e em processo de ocupação, apresentando muitos lotes vazios. Quanto ao uso do solo, predomina uso residencial, comercial e residencial chácaras de lazer.

### **– Área de Regularização Fundiária**

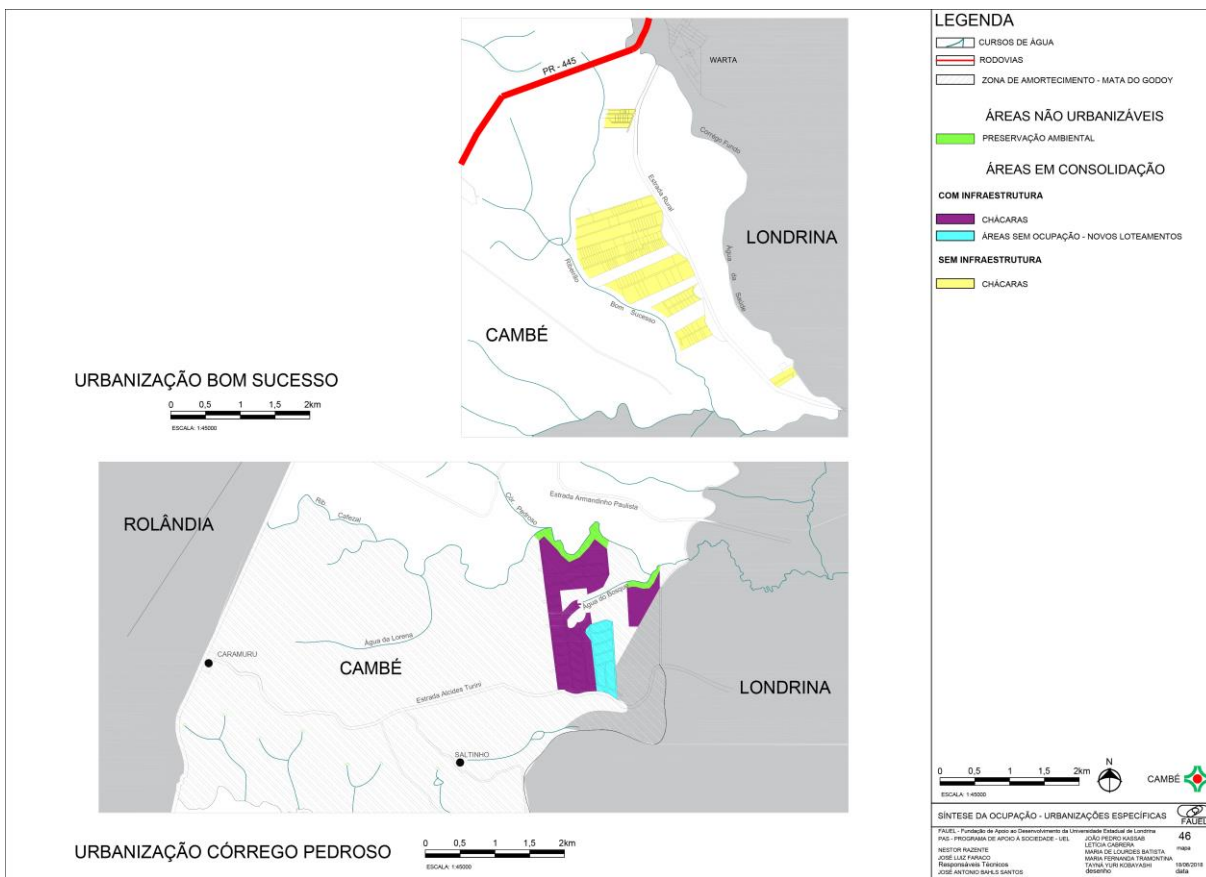
Trata-se de área não parcelada para fins urbanos, objeto de ocupação irregular de imóvel privado.

### **– Áreas sem ocupação – novos loteamentos**

São áreas parceladas para fins urbanos, geralmente novos loteamentos, com infraestrutura sendo construída, porém, ainda não liberados para edificação.



### MAPA 46 - SÍNTESE DA ESTRUTURA DE OCUPAÇÃO ESPACIAL – URBANIZAÇÃO PEDROSO E BOM SUCESSO (mapa em prancha A3)





## **Habitação**

Em 2010, do total de domicílios (30.370), 21,3% eram moradias alugadas, valor superior à média paranaense (18,8%), conforme Censo IBGE. Na condição de renda familiar entre zero e 3 salários mínimos havia 41,1% dos domicílios; de 3 a 5 salários mínimos, 26,6% e, na faixa salarial de 5 a 10 salários mínimos, 16,8%. Há registro de moradias precárias, em situação de invasão, vizinho ao Jardim Londrville.

No município de Cambé foram construídas 3.381 moradias. Não há registros sobre a demanda por habitação.

Cambé dispõe de Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) e Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHJS instituído. O déficit habitacional (zero a 3 salários mínimos) apontado pelo PLHIS era de 5.748 moradias e o déficit na faixa de 3 a 5 salários, 2888 moradias.



## **2.3 – CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES EM SANEAMENTO, INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

### **2.3.1 SANEAMENTO**

#### **ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

A água que abastece o distrito sede de Cambé está dentro dos padrões recomendáveis para consumo humano. Por concessão à SANEPAR, o sistema público de abastecimento atende as áreas urbanas. O fornecimento de água nas chácaras de lazer é de responsabilidade dos condomínios e dos respectivos loteamentos. Nesse caso, a água é obtida em poços profundos, no aquífero Serra Geral. Há necessidade de controle regular sobre a água dessas fontes bem como organizar um sistema de informações sobre as economias atendidas (número, consumo, produção, classes de atendimento, etc.)

No sistema Sanepar, nas áreas urbanas, em 2017, a Concessionária estima em 100% de atendimento à população. Em 2016, a cidade de Cambé totalizava 36.207 ligações e 40.868 unidades consumidoras.

Para fornecer água ao sistema da sede do município, a Concessionária faz captação no ribeirão Cafezal (25%), no rio Tibagi e em poços profundos (mais de 600 metros) no aquífero Guarani (11%) e em poços no Aquífero Serra Geral (em Cambé). A malha urbana de Cambé, especialmente as chácaras de lazer, avançam sobre o manancial do ribeirão Cafezal. Cambé dispõe de 9 formas de abastecimento em comunidades rurais (poço tubular) as quais necessitam sistemas de controle da qualidade da água servida.

A Sanepar dispõe de um projeto para aumento do volume de captação no rio Tibagi (em execução) de 1.200L/s para 2.400L/s; ampliação do Centro de Reservação Esperança em 7.200m<sup>3</sup>; novas estações elevatórias e ampliação do sistema de tratamento.

O sistema de adução é de boa qualidade. O percentual de perdas de água na rede é alto (32%).

Dispositivo na Lei de Parcelamento do Solo Urbano exige dos loteadores a construção de rede de distribuição de água, interligação ao sistema SANEPAR.

#### **ESGOTAMENTO DOMICILIAR DE ÁGUAS SERVIDAS**

O atendimento de esgoto domiciliar pode ser resumido da seguinte maneira:

- a) A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR – é responsável pela operação do sistema;



- b) Em dezembro de 2016, a rede de coleta atendia 35.673 economias. Cerca de 95 mil habitantes.
- c) há 755 economias que possuem rede de coleta, porém não estão ligadas à rede;
- d) Todo o esgoto coletado é tratado antes de ser lançado no ribeirão Cambé. O volume tratado em 2016 foi de 13.516.305 m<sup>3</sup>/ano. O grau de eficiência da Estação (redução média de DBO) é de 84,4%; para DQO, é de 80,6%.
- e) O sistema possui 8 estações elevatórias (Castelo Branco, Santo Amaro, ETE São Domingos, Ana Elisa II, Santa Izabel, Campos Verdes, Cambé IV e Ana Rosa);
- f) Os locais sem rede de coleta são: Jardim União, Parque São Jorge, Parque Maracanã, Jardim Morada do Sol, Jardim Primavera, Portal do Lago, Conjunto Otávio Cesário, Green Village, Lago Azul, Recanto Golf Ville, Recanto Sumaré, Rancho Ringo, Chácara Santa Maria, Recanto Pinheiros, Condomínio Chácaras Bratislava, Recanto Santa Andreia, Subdivisão lote 127 A1 (loteamento clandestino), Estância Alvorada (subdivisão lote 158 B, (loteamento clandestino), Condomínio Chácara Recanto Pioneiro, Condomínio Terras de Canaã, Condomínio Estância Cabral, Cd. Arco Iris, Cd. Novo Horizonte, Cd. Akikinoismora, Cd. Portal do Sol, Cd. Recanto Toatoa, Cd. Bom Sucesso, Cd. Recanto Verde e Cd. Chácara Vale Verde.
- g) há projeto de ampliação e melhoria do sistema de esgotamento sanitário: desativação da ETE São Domingos, ampliação da ETE Caçadores, execução de 10.450 metros de RCE e 1.500 ligações domiciliares, execução de coletor tronco (2km) na rodovia PR 445 para esgotamento do bairro, substituição da linha de recalque FoFo DN 300 por PEAD, numa distância de 2,5 km, na ETE São Domingos, construção de interceptor de RCE Cohapar IV para ETE Caçadores, por 1,5 km, e ampliação de RCE com a construção de interceptor nos bairros Morado do Sol e Primavera, com 600 ligações.

Dispositivo na Lei de Parcelamento do Solo Urbano exige dos loteadores a construção de rede coletora de esgotos.

## DRENAGEM

A rede de drenagem está presente em toda área urbanizada da cidade de Cambé (dentro do perímetro urbano). A área urbanizada totaliza 2.589 hectares. Desse total, 1.746 hectares são bem atendidos, 225 ha tem atendimento deficiente, 467 ha não são atendidos e a Urbanização Bom Sucesso, sem rede de drenagem totaliza 151 hectares.

Os trabalhos de manutenção ocorrem quando há constatação de problemas. Não há cadastro técnico digitalizado da rede de galerias de águas pluviais.

Há problemas de subdimensionamento e necessidade de completar rede de captação no Jardim Alvorada, Parque Residencial Ana Rosa, Conjunto Habitacional Ulisses Guimarães, Jardim Boa Vista, Tupi, União, Parque Maracanã e Parque Manella, os emissários do córrego Verdade estão destruídos ou em processo de ruptura, o emissário do IBG encontra-se danificado (falta de continuação do canal, ausência de proteção lateral, erosão devido ao desprendimento de placas do canal, falta de passarelas e travessias, lançamentos de resíduos), há pontos de inundação no final da av. Manoel Ferreira, a av. José Bonifácio necessita construção de rede, é preciso eliminar processo erosivo no Parque Residencial Ana Rosa, junto à PR 445, e nos fundos do Jardim Tupy, há bocas de lobo mal posicionadas, prejudicando a eficiência da captação e a rede tem sido prejudicada pela ineficiência do sistema de varrição.

Não há rede de galerias de águas pluviais nas chácaras de lazer da Urbanização Bom Sucesso, Chácaras Recanto Pioneiro, Estância Alvorada, parcelamento do lote 127A1, Chácaras Bratislava, Recanto Santo Andréia, Lago Azul, Chácaras Santa Maria, Sumaré, Recanto Pinheiros e Rancho Ringo.

Dispositivo na Lei de Parcelamento do Solo Urbano exige dos loteadores a construção de rede de drenagem, fato que assegura que o crescimento das áreas urbanas se manterá dentro de padrões de habitabilidade do espaço urbano.

## RESÍDUOS SÓLIDOS

Dados do I.B.G.E. no ano 2010, apontavam que o lixo coletado em áreas urbanas estava em 28.984 domicílios particulares permanentes e atendia 91.988 pessoas. Abrangia 93,1% da população. Hoje, está presente em todas as áreas urbanas. Atende também os loteamentos de chácaras de lazer Rancho Gaúcho, Estancia Cabral e Terras de Canaã e as comunidades do Saltinho, Bratislava, Km 9 e Vila Rural duas vezes por semana. Nos demais locais está ausente.

O sistema cambeense de coleta seletiva é feito por separação prévia, na fonte (pela população), de resíduos recicláveis e orgânicos. Conforme dados do SNIS, em 2010, foram coletados 108,6 toneladas de resíduos recicláveis (0,3% do total). As cooperativas e empresas que fazem a coleta seletiva não tem licença ambiental e não tem CNPJ.

Parte do serviço de coleta é terceirizado para a Kurica (22%). O Poder Executivo municipal pretende (2018) ampliar essa participação e estuda a possibilidade de privatizar o sistema. Aproximadamente 50% da população era atendida com coleta diária; 35% da população com coleta 2 ou 3 vezes por semana e 12% da população uma vez por semana. Custo unitário da coleta é (2017) extremamente deficitário. A frota da coleta tem mais de 10 anos de uso. Não há legislação sobre os resíduos recicláveis, orgânicos e rejeitos de responsabilidade



pública e privada. Os resíduos dos serviços de saúde são coletados separadamente e o destino final está dentro das normas.

Cambé dispõe de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (2012), mas não vem implementando-o. Não há informações sobre os resíduos industriais. O serviço de logística reversa para embalagens de agrotóxicos está dentro das normas técnicas. Porém, para demais rejeitos, é preciso fiscalização e conscientização da população.

Todo o lixo coletado na cidade tem como destino o Aterro Sanitário, o qual é gerenciado pelo Poder Executivo municipal (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura). O Aterro apresenta problemas técnicos. O licenciamento está vencido. A vida útil é de, aproximadamente, 10 anos. Precisa construir novas células para recebimento de lixo, e de investimentos (retirar a sede da Ampara, impermeabilização de áreas, construção de cercas, novos locais para aterro, trocar o trator de esteira, que está com 30 anos de uso, e o caminhão de operações ano 1982).

O serviço de roçagem é feito pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, produz 10m<sup>3</sup>/dia e o destino final é o Aterro. Pneus velhos são coletados e destinados para queima em caldeiras na Votorantim-SP. No entanto, pneus são descartados, pela população, nos fundos de vale. Da mesma forma, os bens inservíveis. O serviço da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente coleta, todo dia útil, cerca de 8 viagens de bens inservíveis. Resíduos da Construção Civil (22,5m<sup>3</sup>/dia) são coletados por empresas privadas. Serviço de poda de árvores em vias e praças, bem como a coleta dos resíduos, é realizada por equipe da Administração Pública. Os resíduos são encaminhados para o Aterro. Os resíduos de poda de árvores em áreas privadas são recolhidos pelo Poder Executivo municipal.

O serviço de varrição é precário. Atende o centro de Cambé e algumas avenidas), o total de vias com serviço de varrição soma 62,6 km e as praças, 66.781 m<sup>2</sup>. O destino final dos resíduos de varrição é o aterro.

O Poder Executivo municipal não tem recursos humanos de bom nível para gerenciar e fiscalizar ações sobre resíduos sólidos.

Em resumo faltam de campanhas de conscientização da população, fiscalização, recursos humanos e investimentos no setor.

## 2.3.2 INFRAESTRUTURA

### PAVIMENTAÇÃO DE VIAS

A cidade de Cambé totaliza aproximadamente 598 km de vias pavimentadas, a maioria asfáltica. Desse total, 33,9 km pertencem às rodovias PR 445 e BR 369, e 42,2 km estão dentro de condomínios fechados, logo, não públicos. Há 69,7km de vias a pavimentar e uma grande quantidade de recape por fazer, incluindo o recape asfáltico da estrada do Bratislava. As vias sem pavimentação concentram-se nos loteamentos chácaras de recreio: Chácaras Santa Maria, Santa Andréia, Sumaré, Pinheiros, Lago Azul, Rancho Ringo e loteamentos à margem dos ribeirões Bom Sucesso e Unda.

A verificação histórica das vias pavimentadas demonstra que Cambé conseguiu vencer o déficit que havia desde sua construção nos anos 1970/80 e providenciou mecanismos legais (Lei de Parcelamento do Solo Urbano) que evitam que novas áreas urbanas produzidas pelo capital privado e público, dentro do perímetro urbano legal, sejam desprovidas de pavimentação de vias (e também de outras infraestruturas). No entanto, essa condição positiva contrasta com as áreas loteadas fora do perímetro urbano na classificação de chácaras de lazer onde a pavimentação das vias, a drenagem e a reserva de áreas públicas não são contempladas.

O Poder Executivo municipal está aparelhado, com recursos humanos, para elaborar projetos de pavimentação e recape asfáltico. Mas, não dispõe de dados sobre o estado atual de conservação da pavimentação. Inspeção visual do Plano Diretor 2018 percebe-se que, em muitos locais, a capa asfáltica já está em limite de uso.

Para fins de planejamento das ações é importante organizar um cadastro sobre as condições do pavimento.

### ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O abastecimento de energia elétrica atende todas as áreas urbanas e rural com serviços regulares e de boa qualidade. A avaliação histórica do consumo e número de consumidores revela que a Copel sempre atendeu bem o crescimento verificado. O fornecimento de energia não é obstáculo para o crescimento industrial e comercial/serviços e para o abastecimento das unidades residenciais.

A demanda futura por energia pode ser atendida sem problemas. Está em construção uma nova unidade de rebaixamento de tensão, a oeste do sítio urbano.

A cidade de Cambé é totalmente atendida por iluminação de vias públicas e demais logradouros públicos. Não há iluminação de vias nos loteamentos pertencentes à urbanização Bom Sucesso.



O principal problema da iluminação de vias é a “convivência” com a densa arborização das vias urbanas. Providências estão sendo tomadas no sentido de substituir as atuais lâmpadas por LED, mais econômicas.

A revisão da localização (muito próximas aos postes da COPEL) e porte das espécies arbóreas é almejada, assim como a utilização da cor e potência das lâmpadas como elemento diferenciador das principais vias e cruzamentos.

### **2.3.3 DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

#### **SAÚDE**

A Política Municipal de Saúde atua dentro dos princípios recomendados pela Secretaria de Estado e do Ministério da Saúde. Tem como foco o fortalecimento da atenção primária. O município tem obedecido o princípio constitucional que vincula 15% de recursos próprios para as políticas públicas de saúde.

Enquanto política pública, a gestão dos serviços está organizada por meio de um órgão coletivo - Conselho Municipal de Saúde (atuante), o Fundo Municipal de Saúde e um órgão executor: a Secretaria Municipal de Saúde.

Os serviços em saúde estão organizados em rede privada, filantrópica e pública, de bom nível: 2 Hospitais (privados – 1 leito /1.000 habitantes, valor inferior ao indicado pela OMS (4 leitos/1.000hab), 2 Consultórios isolados (estaduais); 1 Centro de Apoio a Saúde da Família-CASF (municipal); 2 Centros de Atenção Psicossocial-CAPS (municipal); 11 Posto de Saúde/Unidade Básica de Saúde (10 municipais e 1 dupla ); 5 Clínicas Especializadas/Ambulatório Especializado (2 estaduais e 3 com gestão dupla); 70 Consultórios (11 empresas privadas e 59 pessoas físicas); 3 Policlínicas (municipal, empresa privada e entidade filantrópica); 1 Posto de Saúde (municipal); 1 Pronto Atendimento (municipal) - UPA; 8 Unidades de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia (1 municipal e 7 empresas privadas); 2 SAMUs (gestão dupla).

O principal eixo de atuação da rede de Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (ESF) e, dentro dessa, o Programa Saúde da Família (PSF). Cambé dispõe de 13 equipes do Estratégia Saúde da Família (ESF). No entanto, não são suficientes para atender a demanda. As Equipes Saúde da Família realizam 12.737 consultas/mês e fazem 622.085 visitas domiciliares/mês. Cambé possui também, dentro da ESF, o Núcleo de Apoio à Saúde da Família, com duas equipes atuantes.

O serviço de saúde necessita aprimorar o SMS – Sistema Municipal de Saúde – visto que o usuário do Sistema Único de Saúde vincula-se à rede no momento em que é atendido numa UBS. Hoje, o atendimento do ESF está implantado em todas as UBSs e a cobertura de atendimento é de 87,4%.

A assistência de média complexidade é feita preferencialmente na Policlínica, nos ambulatórios públicos, no Centro de Reabilitação e Promoção à Saúde (CREPS),



no Centro de Atenção Psicossocial Infantil, no Centro de Atenção Psicossocial Adulto e, em caráter complementar, na rede privada e filantrópica de Cambé. Os serviços não disponíveis na rede municipal são fornecidos em Londrina. Atenção ambulatorial de alta complexidade são ofertados no município de Cambé e em Londrina, por serviços próprios, conveniados e licitados.

Os serviços de atenção hospitalar de alta complexidade são realizados em Londrina; média complexidade são ofertados em Cambé (100 leitos disponíveis, 57 pelo SUS).

Os serviços de Atenção Especializada no município de Cambé são desenvolvidos na Policlínica, Centro de Atendimento Psicossocial Adulto – CAPS I, Centro de Atendimento Psicossocial Infantil – CAPSi, Centro de Regulação e Promoção à Saúde – CREPS, Centro de Especialidades Odontológicas, Unidade de Pronto Atendimento 24 Horas – Maria Anideje, Unidade de Pronto Atendimento 24 Horas – UPA II, Serviço de Apoio e Diagnóstico e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.

Cada UBS tem uma unidade de farmácia. Medicamentos excepcionais são dispensados pela Farmácia de Medicamentos Excepcionais da Regional de Saúde. Há uma Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) e uma Farmácia Pública Municipal (atende cerca de 7.000 pessoas/mês).

A Vigilância Sanitária, Epidemiológica e Ambiental de Cambé carece de recursos humanos. Por isso mesmo, programas e ações em saúde não podem ser realizados, mantidos e ampliados.

Com relação aos indicadores de saúde da população, o município apresenta, historicamente, evolução positiva.

O coeficiente de mortalidade geral oscila (entre 5,49 e 6,91 óbitos/mil habitantes) em valores abaixo da média da 17ª Regional de Saúde e do Estado do Paraná.

Em relação à mortalidade infantil, em Cambé, verifica-se tendência oscilatória após 2006, entre os valores 6,71 e 17,31/mil n.v. Entre 2006/2016, o coeficiente médio foi de 11,5/mil n.v.; na 17ª Regional de Saúde, entre 2006/2015, a média foi 11/mil n.v.

A mortalidade proporcional também apresenta números favoráveis. Há tendência de os óbitos estarem ocorrendo com pessoas de mais idade. No período 2006-2016, cerca de 75,7 % dos óbitos ocorriam em pessoas acima de 50 anos.

Na cidade de Cambé, a localização das Unidades Básicas de Atendimento permite verificar que, num raio de 1.200 metros, há bom atendimento em todos os bairros. Ficam fora desse raio: Rancho Ringo, Campos Verdes, Santo Andreia, Recanto Golf Ville, Recanto Pinheiros, Cond. Bratislava, Green Village, Recanto Sumaré, Resid. Portal do Lago (em implantação), Morada do Sol, Primavera, Campos do Conde (em implantação), Água da Esperança, Jardim das Flores, Londrville e as áreas de urbanização do córrego Pedroso e Bom Sucesso (em áreas rurais).



Os percentuais favoráveis nos índices apontam para o esforço desenvolvido pelo Poder Executivo municipal, nos últimos 30 anos, na área de saúde pública e que foram traduzidos em recursos humanos, instalações físicas, equipamentos, veículos, organização e métodos.

Apesar dos índices favoráveis, observando-se a melhoria dos serviços prestados à população, há deficiências de recursos humanos e nas instalações físicas da rede municipal de saúde. No primeiro caso, há um limitante nos gastos públicos, mas é preciso ampliar as equipes de PSF nas Unidades Básicas de Saúde Bela Vida e Ulisses Guimarães.

No segundo caso, – deficiências nas condições de conforto térmico, ventilação, fluxos de atendimento das instalações físicas –, exige-se a reforma das instalações físicas. Para além das reformas, verifica-se que alguns estabelecimentos em saúde funcionam em edifícios alugados, sempre sujeitos a mudanças de endereços. Para tanto, é necessário construir: espaços para manuseio de inseticida e sala de procedimentos veterinários, a sede própria Secretaria Municipal de Saúde, a sede própria CAPS Adulto e CAPS Álcool e Drogas, a sede própria Laboratório Municipal, a sede própria Unidade 24h Maria Anideje e a sede própria CEOC. Além disso é necessário pavimentar a via de acesso entre o Jd. Cristal e o Conjunto Habitacional Ulisses Guimarães.

## EDUCAÇÃO

No setor educacional, quando verificados ao longo das últimas duas décadas, os índices demonstram evolução positiva. O Índice de Desenvolvimento Humano – Educação, embora situado abaixo da média paranaense, evoluiu de 0,538, em 2000, para 0,651, em 2010, havendo espaço para crescimento nos próximos anos. Mas a expectativa de anos de estudos no município regrediu: Em 1991, era de 10 anos; subiu para 10,1 anos em 2000, e regrediu para 9,9 anos, em 2010.

Dados do Censo IBGE de 2010 indicavam 4 823 analfabetos no município. O analfabetismo concentra-se nas camadas etárias mais altas e tem caído a cada ano. Historicamente, ele tem diminuído em todas as faixas etárias. Na população acima de 50 anos, correspondia (em 2010) a 18%. Entre crianças de 15 a 19 anos, em 2010, 0,68% do total da faixa etária. Considerando-se o esforço do município nesse setor, há razões para crer que, no próximo Censo IBGE, esses números serão inferiores aos de 2010.

Em 2010, considerando-se a população de 25 anos ou mais de idade, 48,8% tinham o ensino fundamental completo, 29,7 % possuíam o ensino médio completo e 8,8%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais eram, respectivamente, 50,7%, 35,8% e 11,3%. No Paraná, 50,9%, 35,6% e 12,8%.

A diferença de escolaridade entre a população de até 17 anos e a de mais de 25 anos ainda é problema. Em 2010, 52,6% da população entre 18 e 24 anos tinha



ensino médio completo. Todavia, no mesmo ano, na população com 25 anos ou mais, esse valor reduz para 29,7%. De fato, no Município, há progressos importantes e que consolidam números melhores que o estado do Paraná. Mas os ganhos obtidos não foram suficientes para reduzir a distância entre o fim do ensino fundamental e o fim do ensino médio e superior. O mesmo ocorre no Paraná e no Brasil.

Em 2016, a rede escolar cambense era composta por 81 escolas. 1 estabelecimento pertencente à comunidade – APAE; 26 estabelecimentos privados; 55 estabelecimentos públicos: 27 de Ensino Infantil (municipal), 17 de Ensino Fundamental Anos Iniciais (municipais), 13 estabelecimentos de Ensino Fundamental Anos Finais (estadual), 9 estabelecimentos de Ensino Médio (estadual) e um estabelecimento de Ensino Superior.

Em 2017, Cambé totalizava 18.305 alunos em escolas públicas. O município responde por 49,8% (9.115 alunos) do total de alunos e o Paraná por 50,2% (9.190 alunos). A Educação Infantil corresponde a 3.105 alunos (34%) e o Ensino Fundamental Anos Iniciais 6.010 alunos (66%). No Estado, 5.193 (56,5%) alunos frequentam o Ensino Fundamental Anos Finais e 3.997 (43,5%) o Ensino Médio.

O número de alunos matriculados no **Ensino Infantil** tem crescido ao longo dos anos. Na rede pública (municipal), evolui de 1.004, em 2006, para 3.118 matrículas, em 2016. Na rede privada/filantrópica, as matrículas são crescentes até o ano de 2015, quando caem 61%, registrando 690 crianças matriculadas no ano 2016.

Em fevereiro de 2016, havia uma “demanda de 992 vagas na faixa etária de 0 a 3 anos e a “demanda na faixa de 4 e 5 anos já se encontrava totalmente atendida no município. O déficit de atendimento era de 3.949 vagas na população de zero a 3 anos. Cinco estabelecimentos de Educação Infantil estavam em construção em 2017 e em condições de funcionar em 2018, reduzindo esse déficit.

Os estabelecimentos escolares de Ensino Infantil estão distribuídos nas periferias urbanas, com maior presença nas regiões de baixa renda. Ainda estão “descobertos” bairros que estão em processo de ocupação recente: Residencial Portal do Lago, Jardim Bourbon, Jardim Primavera, Morada do Sol, Condomínio Villagio do Engenho, C. H. Ulysses Guimarães, Jardim Ana Elisa I, loteamentos situados ao final da avenida Brasil, junto à rodovia BR 369, chácaras de lazer situadas nas proximidades da comunidade do Bratislava, Morada das Flores, Rancho Ringo e chácaras situadas na urbanização ao longo do ribeirão Bom Sucesso, a nordeste do sítio urbano.

Em 2016, a **Educação Fundamental Anos Iniciais** totalizava 17 estabelecimentos escolares municipais e 4 privados.

Dados apontam uma tendência crescente no total geral de alunos matriculados no ensino público municipal de 1º a 5º ano, entre 2010 e 2014, tanto na rede privada quanto pública. Mas tende a manter-se estável depois dessa data. Em 2016, a rede pública totalizava 6.242 alunos e a privada 731 matrículas.



Na cidade de Cambé os estabelecimentos escolares de Ensino Fundamental *Anos Iniciais* distribuem-se pelas periferias urbanas, com presença nas regiões de baixa renda. Há bairros que estão situados fora do raio ideal de atendimento: Residencial Portal do Lago, loteamentos situados ao final da avenida Brasil, junto à rodovia BR 369, chácaras de lazer situadas nas proximidades da comunidade do Bratislava, Jardim Ecoville, Jardim Londrville, Jardim Campos Verdes, Rancho Ringo e chácaras situadas na urbanização ao longo do ribeirão Bom Sucesso, a nordeste do sítio urbano.

**Ensino Regular Fundamental *Anos Finais*** é ofertado pelo estado do Paraná e pela iniciativa privada. Em 2016, totalizava 17 estabelecimentos escolares: 13 estaduais e 4 privados.

Ao longo dos anos, os registros demonstram uma diminuição expressiva no total de alunos matriculados em escolas públicas (estaduais) em Anos Finais. Somava, 5.763 matrículas, das quais o Poder Público estadual respondia por 83,5% (4.815 matrículas) e a rede privada 16,5%. Entre os anos 2010 e 2016 a queda no número de alunos matriculados nos anos finais foi de 30,4%.

A nota obtida pelo IDEB do Ensino Fundamental Anos Finais, em 2015, foi baixa: 4,2. A meta para o ano 2021, conforme parâmetros nacionais, é 5.5.

Na cidade de Cambé, adotando-se um raio de 1.000 metros, verifica-se que locais importantes não são atendidos: C.H. Ulysses Guimarães, Jardim Europa I e II, Jardim Nova Cambé, C. H. Euthímio Casaroto, Recanto do Café, Residencial Portal do Sol, Condomínio Villagio do Engenho, Jardim São Paulo, Jardim do Café I e II, Jardim Campos Verdes, Londrville, chácaras de recreio como Golf Ville, Rancho Ringo, Recanto Pinheiros, Santo Andreia, Condomínio Chácaras Bratislava e outros situados casos lindeiros ao ribeirão Bom Sucesso, a nordeste do sítio urbano.

O Ensino de Nível Médio é realizado por 11 estabelecimentos: 9 sob a responsabilidade administrativa do governo do estado do Paraná e 2 privados.

O número de matrículas tem evoluído positivamente. Entre 2010 e 2016, o crescimento foi de 8,6%: 4,4% na rede pública e 135% na rede privada.

Em 2016, Cambé tinha 4.389 alunos matriculados (inicialmente) no Fundamental Anos Finais e 4.002 alunos no Ensino Médio.

A Taxa de Abandono no Ensino Médio foi reduzida de 12,9%, em 2006, para 5,5%, em 2016.

Na cidade de Cambé, tomando-se um raio de 1.200 metros como situação ideal de atendimento de Ensino Médio percebe-se ausência de área de atendimento nos seguintes locais: C. H. Ulysses Guimarães, parte dos Jardins Europa I e II, Campos do Conde, Jardim São Paulo, Condomínio Villagio do Engenho, chácaras de recreio como Rancho Ringo, Santo Andreia, Sumaré, Condomínio Chácaras Bratislava, Condomínio Golf Ville, Chácaras Cambé Londrina, Lago Azul e outras áreas de chácaras de lazer lindeiras ao ribeirão Bom Sucesso e córrego Pedroso.



Em 2014, a **Educação de Jovens e Adultos** era ofertado por 7 estabelecimentos escolares públicos e um privado. Cerca de 45% do atendimento estava no EJA-Ensino Fundamental Anos Finais e 31% no EJA-Ensino Médio. Somente a Escola Oswaldo Cruz, privada, atendia EJA em Ensino Especial, com 100 matrículas.

A **Educação Especial**, em 2016, atendia 252 educandos, sendo 250 em rede filantrópica e 2 na rede pública municipal.

O **Ensino Profissionalizante** está presente em 2 estabelecimentos: o Colégio Estadual Olavo Bilac (69 matrículas) e o Centro Educacional Prof. Visão.

Cambé oferece **Ensino Superior** através de uma instituição na rede privada e um Polo de Apoio a Educação à Distância. Em 2015, 790 matrículas no Ensino Superior Presencial e 173 concluintes. No Ensino à Distância eram 101 matrículas e somente 14 concluintes.

Cambé conta com serviços de apoio à Educação (merenda, transporte, atendimento em saúde, APMFs) de bom nível. Dispõe de Plano Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação de Cambé, atuante. Todos os professores da rede pública municipal são concursados. Há Plano de Carreira do Magistério e cursos de formação continuada.

## ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para subsidiar as diretrizes de políticas municipais há que se levar em consideração a seguinte condição municipal:

- a) Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) de Cambé<sup>1</sup>, em 2010 (0,195), é classificado como muito baixo, o que coloca o município em condições melhores do que o Brasil (0,326) e o estado do Paraná (0,252). O subíndice inferior é de Infraestrutura (0,121), seguido de Renda e Trabalho (0,202) e Capital Humano (0,264).
- b) O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Cambé é alto (0,734, em 2010). Mas, inferior ao verificado no Paraná (0,749). No ano 2000, o IDHM era de 0,661. Até 2010, teve crescimento de 11%. A dimensão que mais contribui para isso é Longevidade, com índice de 0,840. Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a Educação (crescimento de 0,113).
- c) Renda tem índice de 0,724, e a Educação, 0,651. A distância entre o IDHM de Cambé e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 78,47% entre 2000 e 2010. Um esforço no setor Educação, na próxima década, colocará Cambé entre os maiores IDHMs do Brasil.
- d) Por sua vez, o Índice de Gini, entre o ano 2000 e 2010, decresceu de 0,49 para 0,42, o que representava, à época, uma sociedade menos desigual.

<sup>1</sup> Varia de 0 a 1 (muito vulnerável)

- e) Conforme dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, a *renda per capita média do Município de Cambé era 75,8% da renda da Microrregião (R\$ 954,51) e 83% da renda verificada para o estado do Paraná (870,59).*
- f) No ano 2000, os 20% mais ricos da população apropriavam 55,4% da renda. Este percentual decresce para 48,5 %, no ano 2010. O percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres sai de 54,7%, em 2000, para 5,9%, em 2010.
- g) Dados do IBGE-2010 demonstram que a Taxa de Pobreza – percentual da população com renda familiar mensal *per capita* de até meio salário mínimo – era de 11,8%, no ano 2000, e 3,1%, em 2010.
- h) A proporção de pessoas extremamente pobres, correspondente em 2000, à proporção de indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior 25% do salário mínimo/mês, era 1,99%, baixando, em 2010, para 0,77%.
- i) A proporção de vulneráveis à pobreza – proporção dos indivíduos com *renda domiciliar per capita* igual ou inferior a 50% do salário mínimo (em agosto de 2010, R\$ 255,00 mensais) era de 13,8%. Dez anos antes, esse valor era de 35%, segundo informa o Atlas de Desenvolvimento Humano
- j) O total de famílias e pessoas inscritas no Cadastro Único em julho de 2017 era de 3.085 famílias (30.038 pessoas cadastradas).

A Assistência Social, enquanto política pública municipal, está estruturada. Congrega vários agentes sociais e programas públicos de bom atendimento. Organiza-se segundo dois eixos direcionais principais de atuação: a) Proteção Social; b) Proteção Especial (de alta e média complexidade) e ainda, benefícios eventuais de combate à pobreza. A natureza das ações dos programas visa atenuar parte das dificuldades enfrentadas pela população mais vulnerável, garantir a sobrevivência, a afirmação da cidadania e a educação.

Os serviços de atendimento estão organizados em torno de um órgão colegiado – Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS), um Fundo Municipal da Assistência Social e um órgão gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social. O Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Cambé, foi elaborado em 2017 e suas diretrizes vigorarão até 2026. A lei que regulamenta o SUAS-Cambé encontra-se na Câmara Municipal para aprovação.

Em geral, pode-se descrever a atuação da política municipal de Assistência Social conforme três objetivos:

- Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) fortalecendo a gestão da assistência social, na garantia da proteção social a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social;
- Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente;
- Execução das medidas socioeducativas.

Para enfrentar os desafios dos próximos 10 anos é necessário:



- consolidar e capacitar o quadro de recursos humanos próprios da Administração Municipal,
- promover fluxos constantes de recursos financeiros para o Fundo Municipal de Assistência Social;
- manter e estruturar novos programas de assistência social;
- Construção de CRAS no Jardim Santo Amaro, na região Norte de Cambé e no Jardim Silvino;
- O CRAS Ana Rosa será deslocado para o atual Posto de Saúde do Cambé IV. Necessitará de pequenas adequações;
- Ampliar a sede da secretaria municipal de Assistência Social;
- Construir sede para a Casa Abrigo;
- Ampliar o CRAS – Novo Bandeirantes;
- Reunir os atuais CREAS numa única edificação onde hoje funciona o CREAS Medidas.

Estes enfrentamentos somente serão possíveis mediante a articulação da política de Assistência Social às demais políticas setoriais do Poder Executivo Municipal.

## CULTURA

Cambé tem um Conselho e Fundo Municipal de Cultura, mas ambos estão inativos. As manifestações culturais, grupos, eventos tradicionais são poucos. Há falta de políticas públicas efetivas de incentivo dessas manifestações, embora Cambé disponibilize um Centro Cultural, biblioteca pública e Centro de Eventos. Há um patrimônio arquitetônico importante, mas que não está protegido.

## ESPORTES E RECREAÇÃO

O Município conta com uma boa quantidade de equipamentos destinados aos esportes públicos, em especial, aos esportes coletivos. O destaque é o Complexo Esportivo do Castelo Branco e o Estádio Municipal e o Harmonia Clube (privado). Mas, os equipamentos públicos necessitam de reformas urgentes.

Cambé tem 30 academias da terceira idade em áreas livres, muitas das quais necessitando reformas. São 11 escolas estaduais com quadras poliesportivas, duas delas sem cobertura; 15 escolas municipais têm quadras esportivas, mas apenas 4 são cobertas.

As praças são poucas, foram ocupadas por edifícios públicos e estão concentradas nas proximidades do núcleo urbano inicial de Cambé. Estão ausentes na região do Novo Bandeirantes, Santo Amaro, Parque Residencial Ana Rosa e na porção Norte. A Lei Municipal de Parcelamento do Solo Urbano obriga a reserva de



áreas para fins institucionais nos novos loteamentos. É necessário que percentual das áreas loteadas seja para construção de praças e não tenha seu uso alterado por edificações.

O segmento de esportes e recreação necessita de trocar veículos (precisa de 2 Vans e um micro-ônibus), reformar as instalações físicas, aumentar do número de profissionais, construir pistas de caminhadas e construir praças, implantar de novos programas e escolinhas de esportes com vistas a atender a população de idoso, crianças e jovens em idade escolar.

### SERVIÇO FUNERÁRIO

Os serviços funerários têm à disposição uma estrutura composta de 4 locais públicos para velórios (todos necessitando reformas) e apenas um cemitério, público, com sérios problemas de ocupação, necessitando reformas e melhorias diversas (calçadas, galeria de águas pluviais, etc.). Não há previsão para construção de cemitérios privados.

## **2.4 – CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES – MOBILIDADE URBANA**

### TRANSPORTE COLETIVO URBANO

Cambé tem um Plano de Mobilidade recém elaborado, mas ainda não foi implementado.

Cambé tem 19 linhas de transporte coletivo sendo 8 urbanas e 11 metropolitanas. A representatividade do transporte coletivo no total dos deslocamentos urbanos é de apenas 17%. Casa-trabalho representa 5,2%. A grande maioria dos deslocamentos se faz entre o núcleo inicial de Cambé com o centro de Londrina e com o Shopping Catuaí. O tempo médio de viagens usando o transporte coletivo é de 49 minutos.

O tempo de deslocamento urbano poderia ser reduzido caso alguns impeditivos fossem eliminados (quebra-molas, arborização, estacionamento de veículos nas vagas de ônibus destinadas ao embarque/desembarque de passageiros) ou se faixas de vias urbanas fossem destinadas para o uso exclusivo do transporte coletivo. Cabe destacar o número exagerado de quebra-molas nas vias urbanas.

No município há mais de uma tipologia de abrigo de passageiros do transporte coletivo urbano e interurbano. Nos pontos de parada de ônibus há necessidade de demarcação/sinalização adequadas.

O distrito sede dispõe de um terminal de transporte coletivo urbano muito precário. Um novo local está em construção na rua Belo Horizonte devendo entrar em operação em 2018.



Por sua vez, o Terminal Rodoviário de Passageiros (intermunicipal) está bem localizado no distrito sede, próximo de avenida que permite bom escoamento e acessibilidade para a população. O espaço é superdimensionado para o número de embarques existente.

Adotando distância de 300 metros ao longo das linhas de transporte coletivo urbano, o PLANMOB-2017 revelou áreas urbanas sem atendimento, particularmente as áreas urbanizadas periféricas. O Plano propõe as seguintes ações relativas ao transporte coletivo:

- a) criar um sistema de informações ao usuário nos pontos de embarque/desembarque de passageiros de transporte coletivo (linhas, frequências e integração);
- b) implantar abrigos de passageiros com cobertura;
- c) implantar linhas de “corujões” com destino a estabelecimentos de saúde 24 horas;
- d) integrar do transporte coletivo urbano aos demais sistemas urbanos e ações que promovam a inclusão dos deficientes físicos em relação ao transporte coletivo urbano.
- e) implantar de mobiliário adequado nas linhas;
- f) adotar distância máxima de 400 metros entre o local da residência e a linha de transporte coletivo.

Além dessas, é importante que Cambé municipalize o sistema fiscalizatório de trânsito, adote estacionamento rotatório nos setores comerciais mais importantes, incentive a construção de estacionamentos privados, melhore a sinalização indicativa e de trânsito vertical e horizontal (inclusive em áreas rurais).

## TRÂNSITO

A frota no município é de 60.422 veículos (em 2016). A relação pessoas/frota é alta: 1.72. O número de acidentes em 2016 correspondeu 2,72/mil habitantes, sendo 76% deles com vítimas, 1,8 mortes/1.000 habitantes.

Os principais pontos de conflito de trânsito são: estrada da Prata com ferrovia, av. Raminelli com ferrovia, rua Equador com ferrovia, estrada da Esperança com rodovia BR 369, rua Carlos Sawade com av. Roberto Conceição, av. Brasil com rodovia BR 369,

Quanto ao sistema de sinalização de vias, o município dispõe de boa parte das vias no núcleo inicial sinalizadas. Há necessidade de melhorias na sinalização de trânsito, vertical e horizontal, e de melhorias na sinalização indicativa de localidades (bairros) e nas estradas rurais.



O número de vagas de estacionamento no centro urbano é reduzido pelo tamanho da frota. Apesar disso, Cambé não adota o sistema rotativo de estacionamento em vias públicas.

O Poder Executivo municipal deverá assumir, em 2018, o gerenciamento parcial do sistema de trânsito. Para tanto deverá ampliar e equipar sua frota de fiscalização bem como contratar e treinar recursos humanos.

Outros problemas no sistema são decorrentes, sobretudo, de fiscalização de trânsito e manutenção (paradas em fila dupla, carga/descarga, sinalização vertical/horizontal), os quais deverão ser equacionados com a implantação da municipalização do sistema.

## 2.5 – CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES - INSTITUCIONAIS.

Para que o Plano Diretor possa ser implementado é de fundamental que as estruturas organizacionais, legais e os instrumentos de planejamento possam dar condução às ações governamentais conforme estabelece a legislação federal e estadual.

No que diz respeito à legislação urbanística, Cambé dispõe dos principais instrumentos jurídicos (Perímetro Urbano, Parcelamento do Solo Urbano, Uso e Ocupação do Solo Urbano, Código de Posturas, Código de Obras). Mas eles precisam ser revistos e aperfeiçoados à luz das novas exigências técnicas e legais.

É preciso rever o artigo 91, incisos “h” da **Lei Orgânica** porquanto ele refere-se a um Plano Diretor Desenvolvimento Integrado do Município.

A Lei Complementar nº 014/2008 trata do Plano Diretor Municipal-2008. Estabelece 10 estratégias de desenvolvimento do município, as quais poderão ser revistas na Revisão do Plano Diretor 2018.

A Lei do Plano Diretor-2008 criou (art. 130) o **Sistema de Planejamento Municipal de Planejamento** com objetivo de articular as políticas públicas, garantir a participação da sociedade na gestão pública, instituir um processo permanente de acompanhamento, atualizar o Plano Diretor e implementar o Sistema Único de Informações. Tal Sistema é composto pelo

I - Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CMDU

II - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

É necessário incluir o Fundo de Desenvolvimento Urbano de Cambé no Sistema e trocar o item “II”, acima, para Secretaria Municipal de Planejamento, denominação que consta da estrutura organizacional do Poder Executivo municipal.

Deles, apenas o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano foi efetivado e tem se reunido. Os serviços de planejamento vêm sendo desenvolvidos pela



Secretaria Municipal de Planejamento. O Sistema de Planejamento Municipal e o Fundo não foram implementados e será necessário fazê-lo.

Quanto à disponibilidade de sistemas informacionais, a Administração Pública municipal possui sistemas informatizados cumprindo tarefas cotidianas de organização e execução de serviços da gerência administrativa com destaque para o setor de finanças, educação e saúde. Todavia, não para a monitoração da implementação do Plano Diretor e atualização dos indicadores de desempenho das políticas setoriais. Destaque-se que o Cadastro Imobiliário e a Planta de Valores necessitam ser revistos e atualizados.

A Lei Municipal nº 2.196/2008, de 19 de junho de 2008, trata das questões relacionadas ao **Uso e Ocupação do Solo Urbano** no distrito sede. Foram adotados os índices urbanísticos clássicos. Ela foi alterada em seis oportunidades.

Da avaliação do conjunto dos artigos que compõem a lei municipal de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano pode-se concluir pela necessidade de sua revisão, face as novas conjunturas, especialmente quanto ao sistema viário e áreas urbanizadas clandestinas e não reguladas como são os casos da Urbanização Bom Sucesso e Pedroso.

A Lei nº. 2.195/2008, de 19 de junho de 2008 regulamenta o **sistema viário de Cambé**. A classificação de vias precisa ser atualizada porque a denominação das vias adotadas atualmente é outra. Ademais, no Plano Diretor-2008 não foi considerado o sistema de vias da Urbanização Bom Sucesso e Pedroso.

Lei Municipal nº 2.194/2008, de 19 de junho de 2008 trata do **Parcelamento do Solo para Fins Urbanos**. Está estruturada e atende as principais questões relativas à matéria que regula. Mas necessita de alterações quanto a conceitos. Ao longo dos anos teve duas alterações.

A Lei Municipal nº 684/89, que trata das **Posturas Municipais**. Há necessidade de revê-la por inteiro porquanto a legislação estadual e federal se alterou substancialmente desde 1989.

A Lei Municipal nº 698/89 ocupa-se do **Código de Obras**. A rigor, deveria denominar-se Código de Edificações, dado o seu conteúdo. É anterior ao Plano Diretor-2008 que dele (Código) não se preocupou. Foi alterado apenas uma vez na última década. Mas, é preciso revê-lo em inteiro teor face as novas normas técnicas brasileiras.

O **perímetro urbano** do distrito sede de Cambé é tratado na Lei Municipal nº 2.722/2015. Sua delimitação não está em coordenadas UTM. Ademais, como a divisa entre os municípios de Cambé e Londrina são imprecisas há problemas de adequações às áreas urbanizadas. Também tratou das urbanizações Bom Sucesso e Pedroso como áreas urbanas.

Em 23 de dezembro de 2015, a Lei Municipal nº 2.761, institucionalizou um novo perímetro urbano. Porém, a alteração foi precedida dos trâmites que exigia o



Plano Diretor-2008, o que a torna ilegal. Para evitar controvérsias sobre a legalidade (ou não) das alterações procedidas o Plano Diretor-2018 deve, expressamente, revoga-la.

Quanto à estrutura organizacional do Poder Executivo municipal, o mesmo está adequado para fins de implantar e gerenciar o Plano Diretor-2018, desde que um sistema de controle e informações seja criado na Secretaria Municipal de Planejamento.

**SÍNTESE DOS CONDICIONANTES / DEFICIÊNCIAS / POTENCIALIDADES – ASPECTOS REGIONAIS**

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
Município e sua localização		<ul style="list-style-type: none"><li>• Inserção do município na região socioeconômica</li><li>• Ligações rodoviárias, aéreas e ferroviária</li><li>• Região com bons níveis de desenvolvimento</li></ul>

**SÍNTESE DOS CONDICIONANTES / DEFICIÊNCIAS / POTENCIALIDADES – ASPECTOS AMBIENTAIS**

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
Cobertura Vegetal	<ul style="list-style-type: none"><li>• Poucas matas ciliares junto aos cursos de água</li><li>• Baixo nível de conscientização ambiental da população</li><li>• Interferência da arborização nos níveis de iluminação das vias e no trânsito de veículos altos</li><li>• Área de influência do Parque Estadual Mata do Godoy</li><li>• Falta de arborização em vias urbanas</li><li>• Inexistência de Plano de Arborização</li><li>• Vandalismo (destruição das espécies arbóreas), conflito com avanço de marquises e letreiros de lojas e comprometimento de calçada por uso de espécies inadequadas</li><li>• Uso indiscriminado de espécies arbóreas, sem observar os elementos presentes na via (fiação, iluminação, edificações)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Lei e resoluções que determinam áreas de preservação permanente no entorno das nascentes e ao longo dos cursos de água</li><li>• Existência de matas privadas preservadas no município</li><li>• Estímulo tributário através do ICMS Ecológico</li><li>• Serviço de poda da arborização de vias</li><li>• Reserva legal de 20% das glebas rurais, conforme o Código Florestal, em implantação</li><li>• Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Conselho de Meio Ambiente atuantes</li><li>• Áreas de Preservação Permanente públicas junto aos cursos de água</li><li>• Parque Municipal Peroba Rosa e Parque municipal Danziger Hof</li></ul>
Hidrografia	<ul style="list-style-type: none"><li>• Assoreamento de cursos de água</li><li>• Ausência (parcial) de mata ciliar</li><li>• Ausência de muros em lotes urbanos impedindo o carregamento de solos para os cursos de água</li><li>• Comprometimento da bacia do ribeirão Cafezal por ocupações tipicamente urbanas, a montante do ponto de captação</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Legislação urbana que impede a urbanização junto aos cursos de água</li><li>• Não ocupação urbana de nascentes</li></ul>
Bacia hidrográfica do ribeirão Cafezal:		<ul style="list-style-type: none"><li>• Abastecimento de água potável de Londrina e Cambé</li></ul>
Bacia hidrográfica do ribeirão Cafezal: Área de Proteção Ambiental		<ul style="list-style-type: none"><li>• APA instituída no Plano Diretor-2008</li></ul>
Bacia hidrográfica do ribeirão Cafezal: parte da área urbanizada de Cambé está nessa Bacia		<ul style="list-style-type: none"><li>• APA instituída no Plano Diretor-2008</li></ul>



CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
Bacia hidrográfica do ribeirão Cafezal: predominância de pequenas propriedades rurais, próximas da área urbana e presença de chácaras de lazer	<ul style="list-style-type: none"><li>• Chácaras de lazer menores do que 5.000 m<sup>2</sup></li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• APA instituída no Plano Diretor-2008</li></ul>
Córrego da Glória (situado na área urbana)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Desprovido de mata ciliar</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Proximidade da área urbana consolidada. Possibilidade de se tornar um parque Linear</li><li>• APA instituída no Plano Diretor-2008</li></ul>
Córrego da Verdade-	<ul style="list-style-type: none"><li>• Algumas áreas não são públicas.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Presença de local de lazer da população (Zezão)</li><li>• Boa parte das áreas lindeiras ao córrego são públicas</li><li>• Legislação: APA, conforme Plano Diretor-2008</li></ul>
Bacia hidrográfica do ribeirão Cambé: área com ocupação já consolidada. Contribui para a formação do lago Igapó, Londrina	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ausência de cobertura vegetal nas margens do ribeirão</li><li>• Ausência de vias marginais separando a APA</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Legislação: APA, conforme lei municipal</li></ul>
Bacia hidrográfica do ribeirão Jacutinga: manancial abastecimento de Ibiporã. Área urbana parcialmente ocupada. Distrito Industrial consolidado nas nascentes do ribeirão	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ausência de cobertura vegetal nas margens do ribeirão</li><li>• Ausência de vias marginais separando a APA</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Legislação: APA, conforme lei municipal</li></ul>
Bacia hidrográfica do Vermelho	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ausência de cobertura vegetal nas margens do ribeirão</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Sem restrições ambientais quanto a futura ocupação urbana</li><li>• Existência de fragmentos de mata próprios para se tornar RPPN</li><li>• Legislação: APA, conforme lei municipal</li></ul>
Bacia hidrográfica do ribeirão Esperança: situado dentro da área urbana. Afluente do rib. Cafezal	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ausência de cobertura vegetal nas margens do ribeirão</li><li>• Vias marginais de fundo de vales interrompidas</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Áreas públicas em fundo de vales preservadas – nos locais urbanizados</li><li>• Possibilidade de criar parque linear</li><li>• Legislação: APA, conforme lei municipal</li></ul>
Bacia hidrográfica do ribeirão São Domingos: situado dentro da área urbana. Afluente do rib. Cafezal	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ausência de cobertura vegetal nas margens do ribeirão</li><li>• Vias marginais de fundo de vales interrompidas por condomínio de chácaras</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Áreas públicas em fundo de vales preservadas – nos locais urbanizados</li><li>• Existência de áreas não públicas em fundos de vales – nos locais já urbanizados</li><li>• Possibilidade de criar parque linear</li><li>• Legislação: APA, conforme lei municipal</li></ul>
Bacia hidrográfica do córrego da Lei: situado dentro da área urbana.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ausência de cobertura vegetal nas margens do ribeirão</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Possibilidade de criar parque linear</li><li>• Legislação: APA, conforme lei municipal</li></ul>
Lençóis subterrâneos	<ul style="list-style-type: none"><li>• Profundidade e não exploração do aquífero Guarani</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Potencial dos aquíferos Serra Geral e Guarani para abastecimento humano e de animais</li></ul>



CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
Solo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Erosão rural e perdas de solo férteis.</li> <li>Assoreamento dos cursos de água</li> <li>Vulnerabilidades geoambientais junto aos cursos de água</li> <li>Aterro de erosões com resíduos sólidos domésticos e de construção</li> <li>Afloramento de rocha</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Condições favoráveis à ação integrada de microbacias de drenagem</li> <li>Solos produtivos.</li> <li>Relevo levemente ondulado</li> <li>Experiências acumuladas no combate à erosão</li> </ul>
Relevo		<ul style="list-style-type: none"> <li>Condições favoráveis à ação integrada de microbacias de drenagem</li> <li>Relevo levemente ondulado</li> </ul>
Poluição	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pontos de poluição dos cursos de água</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ausência de fontes industriais e / ou comerciais poluidoras no ar nas áreas urbanas</li> </ul>
Áreas de Preservação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de habitação em áreas de Preservação Ambiental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência do Fundo de Desenvolvimento Urbano de Cambé</li> </ul>
Instrumentos legais		<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 1.972, de 18 de julho de 2005, que instituiu o Fundo Municipal de Meio Ambiente</li> </ul>

### SÍNTESE DOS CONDICIONANTES / DEFICIÊNCIAS / POTENCIALIDADES – ASPECTOS SÓCIOECONÔMICO

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
Setor Primário	<ul style="list-style-type: none"> <li>Baixa agregação de valor do produto rural</li> <li>Êxodo rural</li> <li>Perda de produtividade do solo</li> <li>Necessidade de conscientização dos produtores quanto a práticas conservacionistas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Solos de alta fertilidade e relevo levemente ondulado</li> <li>Rede hídrica abundante e bem distribuída</li> <li>Mão-de-obra disponível</li> <li>60% da população em idade ativa (15 anos a 64 anos)</li> <li>Clima favorável</li> <li>Precipitação pluviométrica e distribuição das chuvas favorável</li> <li>Proximidade de centros consumidores</li> <li>Facilidades escoamento da produção</li> <li>Facilidade de acesso a tecnologias e assistência rural</li> </ul>
Setor Secundário e Terciário	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ausência de áreas públicas estruturadas e destinadas a projetos de industrialização</li> <li>Recursos humanos necessitando qualificação</li> <li>Qualificação de mão de obra</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Proximidade de centros consumidores / mercado regional</li> <li>Obtenção de assistência em órgãos paranaenses de apoio</li> <li>Energia elétrica facilitada</li> <li>Cursos superiores em Londrina</li> <li>Cursos técnicos em Londrina</li> <li>Política pública de incentivos à industrialização</li> <li>Disponibilidade de áreas públicas para empresas</li> </ul>
Aspectos Demográficos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tendência a diminuição da população rural</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Crescimento na população urbana</li> <li>Crescimento da representatividade da população acima de 65 anos</li> <li>População jovem e numerosa</li> </ul>

**SÍNTESE DOS CONDICIONANTES / DEFICIÊNCIAS / POTENCIALIDADES – ASPECTOS SÓCIO-ESPACIAIS**

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
Crescimento Urbano e Organização Espacial	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ocupação urbana descontínua</li><li>• Perímetro urbano descontínuo</li><li>• Ausência de infraestrutura nos loteamentos de chácaras</li><li>• Existência de vazios urbanos em loteamentos urbanos</li><li>• Parcelamento do solo para fins urbanos fora do perímetro urbano</li><li>• Tendência de crescimento urbano sobre a bacia ribeirão Cafezal</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Relevo favorável para expansão de malha urbana</li><li>• Legislação de Perímetro Urbano e de Parcelamento do Solo Urbano existentes</li><li>• Centro urbano adensado e infraestruturado</li></ul>
Centralidades	Núcleos urbanos sem grande relação com o núcleo urbano inicial de Cambé	<ul style="list-style-type: none"><li>• Independência funcional de áreas urbanas: Jardim Santo Amaro, Novo Bandeirantes e Parque Residencial Ana Rosa e áreas próximas</li></ul>
Densidade demográfica		<ul style="list-style-type: none"><li>• Densidades demográficas compatíveis com infraestrutura urbana existente</li></ul>
Uso e Ocupação do Solo Urbano	<ul style="list-style-type: none"><li>• Áreas permeáveis reduzidas em áreas comerciais</li><li>• Lotes mínimos pequenos</li><li>• Lotes urbanizados e não ocupados</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Diversidade de uso em diferentes zonas</li><li>• Ausência de graves conflitos de uso</li><li>• Áreas de preservação permanentes protegidas</li></ul>
Sistema Viário	<ul style="list-style-type: none"><li>• Descontinuidade da malha viária</li><li>• Pontos de conflitos viários não solucionados</li><li>• Necessidade de padronização de passeios públicos</li><li>• Falta de rampas nos passeios – cf. norma</li><li>• Saliências e desníveis nas calçadas públicas</li><li>• Falta de regulamentação do rebaixamento de meio fio para acesso aos lotes</li><li>• Canteiros centrais das avenidas estreitos</li><li>• Falta de cruzamentos em desnível nos seguintes locais: cruzamento da rodovia BR 369 (Melo Peixoto) com avenida Esperança; rodovia BR 369 com avenida Brasil</li><li>• Trevo no cruzamento da rodovia BR 369 com José Bonifácio com problemas de incorporação da avenida Jose Bonifácio com as pistas sentido Rolândia-Londrina.</li><li>• Avenida José Bonifácio necessitando de adequações e duplicação em razão do trânsito de caminhões de grande porte, e das atividades industriais/prestadoras de serviço ali existentes.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Corpo técnico na Administração Pública municipal</li><li>• Legislação sobre Sistema Viário e Parcelamento do Solo Urbano existente</li></ul>



continuidade

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
Sistema Viário	<ul style="list-style-type: none"><li>• Trecho urbano da estrada da Prata, Stefano Paranzini, Antônio Raminelli, entre outras, necessitando duplicação</li><li>• Vias arteriais, de contorno de fundos de vales e marginais de ferrovia e rodovias interrompidas</li><li>• Falta de passagens em desnível sobre a ferrovia: na estrada da Prata, na rua Carlos Sawade/A. Raminelli e avenida R. Conceição;</li><li>• Falta de passagens em desnível sobre o encontro da avenida Gabriel F. Miranda com a rodovia BR 369</li><li>• Sistema viário municipal não adequado ao novo contorno viário de Londrina e Cambé, na face Norte, cujo ponto de encontro com a rodovia BR 369 é o trevo dessa rodovia com a avenida José Bonifácio.</li><li>• Inexistência de faixas cicloviárias;</li></ul>	
Habitação	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ocupação irregular de áreas urbanas de preservação</li><li>• Falta de moradias para população de baixa renda</li><li>• Áreas de ocupação irregular</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Existência de lotes urbanizados sem uso</li><li>• Plano Local de Habitação de Interesse Social</li><li>• Recursos humanos na Administração Pública Municipal disponíveis e de bom nível podendo elaborar projetos</li></ul>

**SÍNTESE DOS CONDICIONANTES / DEFICIÊNCIAS / POTENCIALIDADES – SANEAMENTO**

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
Abastecimento de Água	<ul style="list-style-type: none"><li>• Perdas na distribuição de água</li><li>• Inexistência de rede pública de abastecimento nos loteamentos chácaras de recreio</li><li>• Proximidade do final de contrato com a Sanepar</li><li>• Ausência de monitoramento e tratamento de água na comunidade da Lorena, Km 9, Vila Rural e Prata</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Mananciais superficiais e subterrâneos satisfatórios</li><li>• Crescimento do atendimento</li><li>• Investimentos previstos pela Sanepar para o Sistema Tibagi</li><li>• Sistema de abastecimento implantados de boa qualidade</li><li>• Crescimento demográfico e econômico previstos para a próxima década</li></ul>
Esgotos	<ul style="list-style-type: none"><li>• 30% da população sem rede coletora</li><li>• Grandes investimentos para expandir e melhorar o sistema de coleta e tratamento</li><li>• Inexistência de rede de coleta e tratamento de esgotos nas chácaras de lazer</li><li>• Ligações de rede de drenagem na rede de esgotos</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Demanda existente</li><li>• Investimentos programados pela Concessionária</li><li>• 70% da população atendida</li><li>• Projeto de ampliação do sistema existente</li><li>• Desativação da ETE São Domingos</li><li>• Projeto para o Parque Residencial Ana Rosa: execução de coletor tronco na rodovia PR 445 para esgotamento do bairro. DN 300, com 2 km (previsto)</li><li>• Projeto para a ETE São Domingos. Substituição da linha de recalque FoFo DN 300 por PEAD, numa distância de 2,5 km</li><li>• Projeto para o Interceptor de RCE Cohapar IV para ETE Caçadores, em PVC por 1,5 km</li><li>• Projeto para ampliação de RCE e construção de interceptor em Cambé (bairros Morado do Sol e Primavera, com 600 ligações).</li></ul>



continuação

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
Drenagem de Águas Pluviais	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ligações clandestinas de esgotos domésticos e águas servidas na rede de drenagem</li><li>• Deficiência de manutenção dos sistemas existentes</li><li>• Inexistência de rede de drenagem nos loteamentos de chácaras de recreio</li><li>• Pontos sujeitos a inundações, quando da ocorrência de chuvas fortes com precipitações acima da média histórica (Ana Rosa, Ulisses Guimarães e J. Alvorada)</li><li>• Loteamentos com rede de drenagem insuficiente: Boa Vista, Tupi, União, Maracanã e Manella</li><li>• Ocorrência de processos erosivos na microbacia 3</li><li>• Dissipadores de energia destruídos (córrego da Verdade)</li><li>• Canal de escoamento de águas pluviais a céu aberto parcialmente destruído</li><li>• Necessidade de rever as normas projetuais para dimensionamento de redes</li><li>• ausência de cadastro técnico digitalizado</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Relevo favorável</li><li>• Rede de drenagem existente em grande parte da área urbanizada</li><li>• Corpos receptores para águas pluviais próximo</li></ul>
Resíduos sólidos urbanos	<ul style="list-style-type: none"><li>• Sistema de varrição deficiente</li><li>• Inexistência de local para disponibilizar restos de construção</li><li>• Aterro sanitário operando em condições precárias</li><li>• Pouca cobertura da coleta seletiva</li><li>• Resíduos sólidos depositados em áreas públicas</li><li>• Falta de campanhas de conscientização da população</li><li>• Logística reversa não implantada</li><li>• Falta de fiscalização</li><li>• Falta de equipamento</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Destino para o lixo hospitalar resolvido</li><li>• Coleta seletiva implantada</li><li>• Equipes, equipamentos e veículos para poda de árvores</li><li>• Sistema de coleta de restos de construção privado</li></ul>

**SÍNTESE DOS CONDICIONANTES / DEFICIÊNCIAS / POTENCIALIDADES – INFRAESTRUTURA**

<b>CONDICIONANTES</b>	<b>DEFICIÊNCIAS</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
Pavimentação de vias urbanas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Inexistência de cadastro sobre o estado de deterioração das vias públicas</li><li>• 69,7km de vias a pavimentar</li><li>• Pavimento de vias deteriorado necessitando recape</li><li>• Pavimento da estrada do Bratislava deteriorado</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Pavimentação em 88% das vias</li><li>• Corpo técnico na Administração Pública municipal para elaborar e fiscalizar projetos</li><li>• Legislação de parcelamento do solo exige construção de pavimentação nos novos loteamentos</li></ul>
Abastecimento de Energia Elétrica	Conflito entre rede elétrica e arborização de vias urbanas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Energia elétrica abundante.</li><li>• Rede Implantada.</li><li>• Nova subestação em implantação</li><li>• Demanda crescente</li></ul>
Iluminação Pública	<ul style="list-style-type: none"><li>• Iluminação pública de vias não é diferenciada conforme a hierarquia das vias</li><li>• Deficiência de iluminação em vias importantes (ex: José Bonifácio)</li><li>• Aclaramento da via reduzido pela arborização</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Energia elétrica abundante</li><li>• Rede existente</li><li>• Luminárias e lâmpadas estão sendo trocadas por LED</li></ul>

**SÍNTESE DOS CONDICIONANTES / DEFICIÊNCIAS / POTENCIALIDADES – DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
Saúde	<ul style="list-style-type: none"><li>• Necessidade de reformas e ampliações nas instalações físicas (Laboratório Municipal, Clínica Ana Rosa, Posto de Saúde Ivone L. Pimentel, CAPSi - Centro de Atenção Psicossocial Infantil, UPA Jardim Tupi, UBS Edgard Paes de Mello. V. Guarani, UBS Jardim Cristal, UBS João Airton Lopes Sola - Cambé II (licitação em andamento), UBS Walkyria Kimais Gomes - Cambé IV (licitação em andamento), UBS Joaquim Antônio dos Santos - Ana Rosa, UBS Jardim São Paulo, UBS Santo Amaro, UBS Tereza B. Fávoro – Silvino, UBS Novo Bandeirantes, Clínica do Novo Bandeirantes.</li><li>• Funcionamento em imóveis alugados: Centro de Abastecimento Farmacêutico, Almoxarifado Central, CREPS, Policlínica, Pronto Atendimento Municipal 24 horas Maria Anideje, CAPS II - Centro de Atenção Psicossocial, sede da Secretaria Municipal, CAPS adulto, CAPS Álcool e Drogas, Laboratório Municipal, CEOC.</li><li>• Falta de áreas públicas para expansão do serviço municipal de saúde.</li><li>• Limitações de recursos humanos na rede de atendimento.</li><li>• PSF atende 63% da população</li><li>• Índice de 1 leito hospitalar/1.000 habitantes</li><li>• Número de Equipes do Estratégia Saúde da Família insuficiente. UBS Bela Vista e Ulisses Guimarães</li><li>• Recursos humanos insuficientes na Vigilância Sanitária</li><li>• Ausência de espaços para manuseio de inseticida e sala de procedimentos veterinários</li><li>• Sistema de tecnologia de informação deficiente</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Instalações, equipamentos e recursos humanos existentes</li><li>• Realização das Conferências Municipais</li><li>• Conselho Municipal da Saúde atuante</li><li>• Existência de programas de saúde estruturados</li><li>• Sistemas de informática existente</li><li>• 13 Equipes do Estratégia Saúde da Família – cobertura de 87%</li><li>• Índices de aferimento da Política de Saúde favoráveis</li></ul>



CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
Educação	<ul style="list-style-type: none"><li>• Necessidade de reformas e ampliações nas instalações físicas</li><li>• Índice de analfabetismo nas faixas etárias mais altas</li><li>• Baixo número de concluintes do 2º grau</li><li>• Poucos recursos informacionais nas escolas</li><li>• Demanda não atendida no Ensino Infantil</li><li>• Áreas urbanas fora do raio ideal de atendimento das unidades escolares de Ensino Infantil, Fundamental e Ensino Médio</li><li>• Expectativa de anos de estudo em Cambé decrescente</li><li>• IDEB (2015) Anos Finais (4.2) abaixo da média paranaense.</li><li>• Déficit de atendimento na população de 0 a 3 anos. (2.203 vagas)</li><li>• Frota de veículos (pública e privada) precisando ser renovada</li><li>• Ensino profissionalizante não atende à demanda</li><li>• Queda na taxa de matrículas no Ensino Fundamental Anos Finais</li><li>• Falta de escolas nos novos bairros</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Instalações, equipamentos e recursos humanos existentes</li><li>• Expectativa de Anos de Estudo em crescimento</li><li>• Existência de Programas já estruturados</li><li>• Sistemas de informática existente</li><li>• Corpo técnico em saúde e assistência social na Administração Municipal</li><li>• Aumento do atendimento no ensino infantil</li><li>• Ensino de 3º grau no Município</li><li>• Iniciativas de aperfeiçoamento de recursos humanos na rede pública de ensino</li><li>• Existência de 3 escolas com jornada ampliada</li><li>• Realização das Conferências Municipais da Educação</li><li>• Conselho Municipal de Educação atuante</li><li>• IDEB (2015) Anos Iniciais (6.7) acima da média paranaense</li><li>• Escolas de Educação Infantil construídas e em operação em 2018</li><li>• População de 4 a 5 anos atendida</li><li>• Taxa de Abandono no Ensino Médio foi reduzida de 12,9%, em 2006, para 5,5%, em 2016</li><li>• O atendimento de Ensino Médio em 76.5%</li><li>• Serviços de apoio (saúde, transporte, merenda) ao educando</li><li>• Todos os professores concursados</li><li>• Serviço de educação especial estruturado</li><li>• Ensino profissionalizante em 2 unidades escolares</li></ul>

**SÍNTESE DOS CONDICIONANTES / DEFICIÊNCIAS / POTENCIALIDADES – DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

<b>CONDICIONANTES</b>	<b>DEFICIÊNCIAS</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
Esportes e Recreação	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ausência de praças em algumas áreas periféricas</li><li>• Escassez de recursos humanos</li><li>• Instalações esportivas necessitando reformas</li><li>• Frota de veículos velha</li><li>• Falta de quadra esportiva em escolas</li><li>• Poucos programas dirigidos para crianças e adolescentes</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Quadras de esportes nas escolas em alguns bairros</li><li>• Campos de futebol existentes em alguns bairros</li><li>• Escolinhas de esportes no Poder Executivo Municipal</li><li>• Complexo Esportivo construído</li><li>• Programas e projetos de esportes e recreação existentes</li><li>• Praças existentes no núcleo inicial (centro da cidade)</li></ul>
Cultura	<ul style="list-style-type: none"><li>• Conselho Municipal de Cultura não ativo</li><li>• Necessidade de reformas nas instalações físicas – Centro Cultural, Anfiteatro Cambé IV,</li><li>• Inexistência de política de preservação do patrimônio arquitetônico</li><li>• Museu Histórico em local inapropriado</li><li>• Centro Cultural Jd. Silvino em imóvel alugado</li><li>• Inexistência de auditórios públicos</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Existência de grupos culturais no Município</li><li>• Centro Cultural</li><li>• Fundo Municipal de Cultura</li><li>• Existência de patrimônio arquitetônico</li><li>• Edifício histórico da antiga estação ferroviária</li><li>• Praça Céu</li></ul>

**SÍNTESE DOS CONDICIONANTES / DEFICIÊNCIAS / POTENCIALIDADES – DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
Assistência Social	<ul style="list-style-type: none"><li>• Escassez recursos humanos</li><li>• Proporção de pessoas extremamente pobres (2010) em 1,99%</li><li>• Proporção de pessoas pobres em 3,1% (em 2010)</li><li>• Proporção de pessoas vulneráveis à pobreza em 13,87% (em 2010)</li><li>• 17 mil pessoas (em 2015) com renda familiar <i>per capita</i> até 1 salário mínimo</li><li>• Poucas entidades da sociedade civil participantes</li><li>• Ausência de Plano Municipal da Assistência Social</li><li>• Falta de CRAS no Jardim Santo Amaro, região norte de Cambé e Jardim Silvino</li><li>• Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social pequena</li><li>• CRAS Novo Bandeirantes em imóvel alugado</li><li>• Casa Abrigo em imóvel alugado</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Existência de programas estruturados</li><li>• Instalações físicas existentes</li><li>• Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS), Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Conselho Municipal da Juventude, Conselho Municipal de Segurança Pública, Conselho Municipal da Igualdade Racial, Conselho Municipal Antidrogas criados</li><li>• Secretária Municipal de Assistência Social está estruturada</li><li>• Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) baixo</li><li>• Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Plano Municipal dos Direitos do Idoso de Cambé 2017-2019, Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo Cambé-PR é datado de 2014,</li><li>• Lei que regulamenta o SUAS-Cambé encontra-se na Câmara Municipal para aprovação</li></ul>
Serviço Funerário	<ul style="list-style-type: none"><li>• Cemitério necessitando de melhorias</li><li>• Casa de Velório necessitando de reformas</li><li>• Plano de Controle Ambiental do cemitério não implantado</li><li>• Capela Mortuária Eduardo Jacomel, Capela Mortuária Ângelo Antônio dos Santos, Capela Mortuária Diomedis Carneiro e Capela Mortuária Sebastião Vicente da Silva em condições precárias</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Casa de Velório</li><li>• Desapropriação de áreas para ampliação do cemitério em andamento</li><li>• Área para atender a demanda de sepultamentos nos próximos 10 anos</li></ul>

**SÍNTESE DOS CONDICIONANTES / DEFICIÊNCIAS / POTENCIALIDADES – MOBILIDADE**

<b>CONDICIONANTES</b>	<b>DEFICIÊNCIAS</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
Transporte Coletivo Urbano	<ul style="list-style-type: none"><li>• Terminal Urbano de Passageiros no centro da cidade inadequado</li><li>• Falta de abrigo para passageiros nos pontos de parada de ônibus</li><li>• Quebra-molas nas vias com transporte coletivo</li><li>• Tempo de viagem aumentado por características das vias e do trânsito urbano</li><li>• Necessidade de demarcação/sinalização adequadas nos abrigos de passageiros</li><li>• Terminal Rodoviário de Passageiros precisando reforma</li><li>• Bairros sem atendimento por linhas de transporte coletivo (Ulisses Guimarães, Londrville, chácaras de recreio, urbanização Bom Sucesso e Pedroso)</li><li>• Falta de padronização dos abrigos de passageiros</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Sistema de transporte urbano em operação</li><li>• Terminal Urbano de Passageiros em construção</li></ul>
Trânsito	<ul style="list-style-type: none"><li>• Falta de vagas de estacionamento no centro da cidade</li><li>• Sistema semafórico superado tecnologicamente</li><li>• Falta de campanhas de trânsito</li><li>• Atividade de moto-taxistas não regulamentada</li><li>• Estacionamento de veículos em pontos de paradas de ônibus</li><li>• Tráfego de veículos pesados em vias urbanas</li><li>• Sinalização de trânsito e sinalização indicativa deficientes</li><li>• Gestão do trânsito não municipalizada</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Projeto de lei encaminhado à Câmara de Vereadores para municipalização do gerenciamento e fiscalização de trânsito</li><li>• Corpo técnico na Administração Pública municipal</li><li>• Plano Mobilidade</li></ul>



### SÍNTESE DOS CONDICIONANTES / DEFICIÊNCIAS / POTENCIALIDADES – INSTITUCIONAIS

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
Legislação do Plano Diretor	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desatualização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Legislação federal e estadual que normatizam as diferentes temáticas urbanas e ambiental</li> <li>• Processo de revisão do Plano Diretor</li> </ul>
Lei Orgânica do Município	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Referências a um Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado</li> </ul>	
Estrutura Administrativa Municipal		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de órgão de planejamento na estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal</li> </ul>
Estrutura operacional de planejamento urbano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Equipamentos e software de tecnologia informacional desatualizados</li> <li>• Banco de Dados inexistente.</li> <li>• Ausência de Mapas Temáticos</li> <li>• Cartografia não georeferenciada</li> <li>• Gestão do Plano Diretor-2008 não implantada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cartografia existente</li> <li>• Corpo técnico capacitado</li> <li>• Cadastro Técnico Imobiliário existente</li> </ul>
Divisas Cambé Londrina	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inexistência de limites claros</li> </ul>	